



Anais da Assembléia

Nº 147

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 20 DE DEZEMBRO DE 1983

ANO IX

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 20 DE DEZEMBRO DE 1983.

TERÇA-FEIRA

Presidência do senhor deputado Trajano Bastos, secretariada pelos senhores deputados Dirceu Manfrinato e Djalma de Almeida Cesar.

Às 17,00 horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo da Silva, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, Wilson Fortes e Antônio Belinati. (58).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a S E S S Ã O
O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.
Requerimento:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

SÚMULA: Requer a aplicação do disposto no artigo 108 do Regimento Interno, aos Projetos de Lei n.ºs 260/83 e 261/83.

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a aplicação do contido no art. 108 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, aos Projetos de Lei já devidamente referidos em súmula.

Sala das Sessões, em 20 de dezembro de 1983.

(a) NILSO SGUAREZI

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 58 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 247/83, de autoria do Poder Executivo, (Mensagem n.º 167/83) que objetiva autorizar o Poder Executivo a conceder garantias ou contra garantias em operações de créditos

internos ou externos, a serem realizadas pela Companhia Paranaense de Energia Elétrica — Copel, nos limites e condições que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 251/83, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n.º 164/83), que altera dispositivos pertinentes à Taxa Judiciária a que se refere o Decreto Estadual n.º 962, de 23/04/32, e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., por unanimidade e da C.F., por maioria.— Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 252/83, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n.º 166/83), que objetiva estabelecer limites autorizativos para contratação de empréstimos pela Administração Direta, e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por maioria.— Aprovado.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 255/83, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n.º 172/83), que autoriza o Poder Executivo doar à “FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL NORTE PIONEIRA DE JACAREZINHO”, parte do imóvel localizado no perímetro urbano de Jacarezinho, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado, artigo por artigo.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 222/83, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n.º 140/83), que dispõe que servidores da Administração Direta e Indireta somente serão colocados à disposição de órgãos dos demais Poderes do Estado, para fim e prazo determinado e sem ônus para o Poder Executivo, e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL e EMENDA da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 132).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 222/83

Oriundo de Mensagem Governamental, o projeto de lei em questão tem como finalidade regulamentar a prestação de serviços de funcionários da administração direta e indireta do Estado, colocados à disposição de órgãos que não aquele de sua origem.

A matéria é de competência do chefe do Poder Executivo, não ferindo qualquer dispositivo legal ou constitucional.

Quer nos parecer, no entanto, que a medida preconizada pelo excelentíssimo senhor governador do Estado, embora plenamente justificável e oportuna, não resolve satisfatoriamente a situação dos funcionários adidos ao Poder Legislativo, pois alguns deles, que há muitos anos aqui prestam seus serviços, já não encontrariam ambiente e condições de trabalho em suas repartições de origem, afastados que dela estão há tanto tempo.

Por outro lado, muitos destes funcionários, que vêm prestando valiosos préstimos a esta Casa, não poderiam ser substituídos sem que se passasse um considerável lapso de tempo, o que, sem dúvida, acarretaria prejuízos ao funcionamento do Poder.

Nestas condições, nosso parecer não poderia deixar de ser pela aprovação, mas com a emenda que anexamos. É o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) Djalma de Almeida Cesar — Presidente

Anibal Khury — Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 222/83

O artigo 2º passa a ter a seguinte redação:

“Art. 2º — O disposto nesta Lei aplica-se aos afastamentos já autorizados, os quais, num prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, deverão ser adequados às disposições ora estabelecidas.

II — Acrescente-se onde couber:

“Art. — Os funcionários, que na data de publicação desta lei, se encontrarem adidos ao Poder Legislativo, poderão ser enquadrados no Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia, a critério da Comissão Executiva, em nível equivalente ao que ocupavam em suas repartições de origem, independentemente da existência de vagas.

Sala das Comissões, em

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente

ANIBAL KHURY — Relator

JUSTIFICATIVA:

Com o presente emenda pretendemos disciplinar o prazo com uma maior elasticidade a fim de se evitar maiores transtornos às administrações que em seus quadros possuam funcionários à disposição.

O SR. NILSO SGUAREZI (Pela ordem) — Vossa excelência colocou em votação apenas o projeto e não as emendas.

O SR. PRESIDENTE — As emendas serão objeto de votação e discussão por ocasião da segunda discussão.

O SR. NILSO SGUAREZI — Obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Aprovado.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 231/83, de autoria do Poder Executivo, (Mensagem nº 150/83), que objetiva alterar dispositivos da Lei nº 5.940, de 08 de maio de 1969, conforme especifica. (Lei de Promoções de Praças da Polícia Militar do Estado). Com pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, por unanimidade e da CF, com EMENDA, por unanimidade. —Em discussão. (Publicado no D.A. nº 132).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 231/83

Oriundo da Mensagem Governamental, o projeto de lei que ora relatamos tem como finalidade alterar dispositivos da Lei nº 5.940, de 08 de maio de 1969 (Lei de Promoções de Praças da Polícia Militar do Estado).

O projeto enquadra-se entre aqueles cuja iniciativa é de competência exclusiva do Poder Executivo, não havendo qualquer vício quanto a esse aspecto.

Não fere, também, qualquer dispositivo de natureza legal ou constitucional.

Nestas condições, nosso parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em 29 de novembro de 1983.

(as) DJALMA DE ALMEIDA CESAR - Presidente

ANIBAL KHURY — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei nº 231/83

O presente projeto de lei, oriundo de Mensagem Governamental, tem por finalidade alterar dispositivos da Lei nº 5.940, de 08 de maio de 1969 (Lei de Promoções de Praças da Polícia Militar do Estado do Paraná).

O projeto de lei em tela apesar de enquadrar-se, constitucionalmente, dentro da competência do Poder Executivo, não exprime a plenitude das reais necessidades do segmento social regido pela matéria.

Posto isso, somos pela sua aprovação com as emendas que se encontram em anexo.

Sala das Comissões, em 15 de dezembro de 1983.

(aa) ERVIN BONKOSKI — Presidente

HOMERO OGUIDO — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

EMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO

DE LEI Nº 231/83

O art. 1º do Projeto de Lei nº 231/83, em seu item IV do art. 36, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 36 —

IV — CURSOS

a) Formação de Sargentos realizados na Corporação pontos positivos igual ao grau de término do curso para acesso até 2º sargento;

b) Aperfeiçoamento de Sargentos ou equivalente, pontos positivos igual ao grau de término de curso, para acesso até subtenente.

Sala das Comissões, em 15 de dezembro de 1983.

(aa) ERVIN BONKOSKI — Presidente

HOMERO OGUIDO — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

EMENDA SUBSTITUTIVA

AO PROJETO DE LEI Nº 231/83

O art. 1º do Projeto de Lei nº 231/83, em seu item III do art. 37, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 37 —

III — PENAS CRIMINAIS

a) Por crime doloso, com sentença transitada em julgado: quatro (4) a oito (8) pontos por pena, tendo-se em vista o prejuízo moral causado à Corporação, a critério exclusivo da CPPré;

b) Por crime culposo ou contravenção penal, com sentença transitada em julgado, : quatro (4) pontos por pena;

Sala das Comissões, em 15 de dezembro de 1983.

(aa) ERVIN BONKOSKI

HOMERO OGUIDO

COMISSÃO DE FINANÇAS

EMENDA SUBSTITUTIVA

AO PROJETO DE LEI Nº 231/83

O art. 1º do Projeto de Lei nº 231/83, em seu item 2, 3 e § 1º do item 4 do art. 52, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 52 —

1).....

2) Em consequência de ferimento recebido durante a execução de ato de serviço para a consecução das atividades finalísticas da Corporação, excluídas as atividades de apoio, serviço interno, desportivas e outras correlatas.

3) Se, ao falecer, estiver incluído no Quadro de Acesso por Antigüidade (QAA) ou Merecimento (QAM).

4)

§ 1º — A promoção que resultar de qualquer das situações estabelecidas nos itens 1 e 2 independará daquela prevista no item 3.

Sala das Comissões, em 15 de dezembro de 1983.

(aa) ERVIN BONKOSKI —

HOMERO OGUIDO

COMISSÃO DE FINANÇAS

EMENDA SUBSTITUTIVA

AO PROJETO DE LEI Nº 231/83

O art. 2º do Projeto de Lei nº 231/83, em seu item “b”, § 1º, passa a ter a seguinte redação:

Art. 2º —

a)

b)

§ 1º — Considera-se para os efeitos desta lei, com

referência aos sargentos de que trata este artigo, cumprida a exigência de formação do item "a", computando-se na ficha de promoção a média de seu concurso, já para o acesso a 1.º sargento deverão cumprir o disposto no item "b".

Sala das Comissões, em 15 de dezembro de 1983.

(aa) ERVIN BONKOSKI

HOMERO OGUIDO

COMISSÃO DE FINANÇAS

EMENDA SUBSTITUTIVA

AO PROJETO DE LEI Nº 231/83

O art. 4.º do Projeto de Lei nº 231/83, passa a ter a seguinte redação:

Art. 4.º — O comandante geral, mediante proposta da Diretoria de Ensino e do Estado Maior da Corporação, regulará o funcionamento dos Concursos de Aperfeiçoamento e de Formação de Sargentos, bem como os especiais.

Sala das Comissões, em 15 de dezembro de 1983.

(aa) ERVIN BONKOSKI

HOMERO OGUIDO

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela ordem) Vossa excelência colocou em discussão qual o projeto?

O SR. PRESIDENTE — Projeto de Lei nº 231/83 — item 6 da Ordem do Dia.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Agradeço a vossa excelência.

O SR. PRESIDENTE — Está Aprovado.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 244/83, de autoria do Poder Executivo, (Mensagem nº 161/83), que dispõe sobre obrigatoriedade dos depósitos de interesse da administração estadual e dá outras providências. Com pareceres FAVORÁVEIS da CCJ e CF, por unanimidade. — Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 244/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º — Serão efetuados no Banco do Estado do Paraná S.A. os depósitos em dinheiro em garantia:

I — de licitações e da execução de contratos, perante quaisquer órgãos da administração estadual, inclusive entidades da administração indireta;

II — de créditos tributários de qualquer natureza;

III — de recursos em processos administrativos, quando a lei o exigir;

IV — de eventuais direitos de terceiros, como medida cautelar, nos casos de alienação antecipada de mercadorias apreendidas.

§ 1.º — O Banco do Estado do Paraná receberá também, de acordo com o disposto no item I do artigo 666 e no artigo 1219 do Código de Processo Civil, os depósitos:

I — decorrentes de penhora em execução fiscal, proposta pela fazenda estadual ou suas autarquias (art. 9.º da Lei nº 6830, de 22 de setembro de 1980);

II — em garantia de ação anulatória de crédito tributário (art. 151, item II, do Código Tributário Nacional);

III — relacionados com quaisquer outros feitos de interesse da fazenda estadual ou de suas entidades da administração indireta, em curso na Justiça do Estado.

§ 2.º — Os depósitos serão efetuados à ordem do Juízo competente, nos casos do parágrafo anterior, e das autoridades administrativas competentes, nos demais.

§ 3.º — Os depósitos de que tratam os itens II e III do "caput" deste artigo e o item II do § 1.º suspendem a exigibilidade do crédito da fazenda estadual e elidem a respectiva inscrição em dívida ativa.

§ 4.º — Para os efeitos previstos no parágrafo anterior, o depósito deverá ser feito pelo valor do crédito monetariamente atualizado, incluídos a multa e os juros de mora cabíveis e demais encargos legais.

§ 5.º — A propositura pelo contribuinte de ação anulatória ou declaratória de nulidade de crédito da fazenda estadual importa em renúncia ao direito de recorrer na esfera administrativa ou desistência do recurso interposto.

Art. 2.º — Fica o Banco do Estado do Paraná S.A. autorizado a aplicar o produto dos depósitos em operações que assegurem a atualização monetária referida no artigo 3.º e seu § 1.º desta Lei e sua remuneração pelos encargos de depositário.

Art. 3.º — Mediante ordem do Juízo ou da autoridade administrativa competente, o depósito será devolvido ao depositante ou transferido à conta da receita do Estado, monetariamente atualizado.

§ 1.º — A atualização monetária de que trata o item I, deste artigo correrá à conta do Banco do Estado do Paraná S.A. e será feita da data em que houver sido efetuado o depósito até a data da sua efetiva devolução ou transferência, segundo os índices de correção monetária estabelecidos para os créditos tributários.

§ 2.º — Nas hipóteses deste artigo, é ressalvado sempre o levantamento por terceiros legalmente legitimados.

Art. 4.º — Se na localidade não existir agência ou posto do Banco do Estado do Paraná S.A., o depósito será feito na agência mais próxima.

Art. 5.º — Os depósitos atualmente existentes gozarão dos benefícios concedidos por esta lei:

I — a partir da data de sua vigência, se já efetuados no Banco do Estado do Paraná S.A.;

II — a partir da data da transferência para o Banco do Estado do Paraná S.A., nos demais casos.

Art. 6.º — O regime estatuído nesta lei poderá ser estendido aos depósitos de interesse dos municípios, ficando o Banco do Estado do Paraná S.A. autorizado a aceitá-los nas condições estabelecidas nos artigos anteriores.

Art. 7.º — Após cada trimestre civil, o Banco do Estado do Paraná informará às Secretarias de Estado das Finanças e do Planejamento o montante discriminado dos depósitos de que trata a presente lei.

Art. 8.º — O disposto nos artigos anteriores aplica-se no que couber, aos depósitos em títulos da dívida pública com cláusula de atualização monetária, nos casos em que a lei permita essa modalidade de garantia.

Parágrafo Único — Na hipótese deste artigo, a devolução ou transferência se fará mediante a entrega dos próprios títulos a quem de direito, salvo se ocorrer seu vencimento na vigência do depósito, quando o Banco do Estado do Paraná S.A. se obriga a resgatá-los e aplicar o seu produto de modo assegurar os benefícios do art. 3.º.

Art. 9.º — A Secretaria de Estado das Finanças expedirá as instruções e modelos necessários à execução desta lei.

Art. 10 — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) PODER EXECUTIVO

JUSTIFICATIVA:

I — O anteprojeto anexo objetiva disciplinar os depósitos em dinheiro, de interesse da administração estadual.

2 — Antes de tudo, convém deixar clara a competência legislativa do Estado sobre a matéria. Essa competência decorre não apenas do artigo 13 da Constituição Federal, mas também do disposto no artigo 8.º, parágrafo único, da mesma Constituição.

3 — Segundo este último dispositivo, cabe aos Estados legislar, supletivamente, sobre gestão financeira de natureza pública e direito financeiro, respeitada a lei federal.

4 — Ora, a toda a evidência, trata-se de matéria concernente à gestão financeira do Estado e ao direito financeiro, que necessita de legislação supletiva, porquanto inexistem normas que regulamentem os depósitos de interesse da fazenda estadual.

5 — Por este motivo também o anteprojeto adota como modelo o Decreto-Lei Federal n.º 1735, de 29.12.79, cujos princípios e diretrizes segue, com alguns aperfeiçoamentos e adaptações.

6 — A principal razão do anteprojeto assenta em criar mecanismo que permite manter, permanentemente, atualizados os valores dos depósitos em dinheiro dados em caução ou em decorrência de atos ou fatos administrativos. Essa medida atuará como garantia do valor real dos depósitos, em benefício tanto da administração, como dos administrados. Essa circunstância, por si só, já demonstra o grande alcance social do anteprojeto e seu elevado teor de justiça.

7 — Paralelamente, como subproduto, o anteprojeto fortalece o Banco do Estado do Paraná - BANESTADO, como agente financeiro do Estado.

8 — Por isso, determina o artigo 1.º que os mencionados depósitos sejam feitos no Banestado.

9 — O regime dos depósitos, em suas diversas modalidades, é estendido aos depósitos judiciais. Mas, ao fazer tal extensão, o anteprojeto teve o máximo cuidado de atrelar-se às normas processuais da União, tais como o Código de Processo Civil, o Código Tributário Nacional e a Lei das Execuções Fiscais.

10 — Também são especificados o modo pelo qual devem ser efetuados os depósitos e os efeitos que produzem, tais como a suspensão da exigibilidade do crédito da fazenda pública e sua não inscrição em dívida ativa.

11 — Muito a propósito, é introduzido parágrafo esclarecendo que a propositura de ação anulatória de crédito da fazenda estadual importa em renúncia à postulação administrativa. É a mesma regra vigente em âmbito federal e que tem sua razão de ser na incompatibilidade de pleitos simultâneos nas vias administrativa e judicial.

12 — A fim de que os depósitos possam ser mantidos permanentemente atualizados, o Banestado é autorizado a aplicar o valor dos depósitos em operações que possibilitem assegurar a correção monetária garantida pela Lei, bem como remunerar os seus serviços de depositário.

13 — A devolução do depósito ou sua transformação em renda do Estado far-se-á mediante ordem da autoridade judiciária ou administrativa, a cuja disposição estiver, conforme o caso. A devolução ou conversão em renda será sempre pelo valor atualizado.

14 — Outrossim, é ressalvado o levantamento por terceiros, desde que devidamente legitimados, como no caso de desapropriação, sucessores etc.

15 — Os depósitos atualmente existentes poderão gozar do benefício da atualização, segundo o sistema ora proposto, a partir da data da vigência da nova lei, se já tiverem sido efetuados no Banestado ou a partir da data de sua transferência para o referido Banco.

16 — Esse regime poderá ser estendido aos depósitos de interesse dos municípios. Evidentemente, ficará a critério das autoridades municipais aderir a ele, quando se tratar de depósitos administrativos. Ou da autoridade

judiciária, se assim esta determinar em relação aos depósitos judiciais. Sendo a adesão facultativa, apenas se declara que o Banestado está autorizado a aceitar tais depósitos nas mesmas condições dos depósitos de interesse do Estado.

17 — Como forma de controle, o Banestado é obrigado, trimestralmente, a informar o montante dos depósitos às Secretarias de Estado interessadas, no caso, a das Finanças e do Planejamento.

18 — Nos casos em que for permitido ou autorizado depósito em títulos da dívida pública, aplicam-se, no que couber, as disposições desta lei, desde que referidos títulos tenham a cláusula de correção monetária.

19 — Finalmente, como convém, as instruções e modelos necessários à execução da lei serão expedidas pela Secretaria das Finanças.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 244/83

PARECER

O presente Projeto de Lei n.º 244/83, oriundo de Mensagem Governamental n.º 161/83, objetiva dar obrigatoriedade para os depósitos em dinheiro no Banco do Estado do Paraná das garantias referentes a licitações e execução de contratos, em quaisquer órgãos de entidades da administração direta e indireta do Estado; de créditos tributários de qualquer natureza e outros créditos, e dá outras providências.

No respeito a oportunidade da medida, nada se pode objetar, pois na própria mensagem que deu origem ao presente projeto de lei, deixou-se bem clara a importância da medida proposta, com fito de criar mecanismo que permite manter, permanentemente, atualizados os valores dos depósitos em dinheiro dados em caução ou em decorrência de atos ou fatos administrativos. Paralelamente o projeto fortalecerá o Banco do Estado do Paraná S/A., como agente financeiro do Estado.

No que respeita aos aspectos legais e constitucionais, observa-se que o senhor governador do Estado está agindo de acordo com o disposto pelos artigos 25 e 47 da nossa Carta Magna onde lhe atribui, privativamente, a competência para a iniciativa de tal natureza.

Atendendo-se ao exposto, nada há que se possa objetar. Somos, portanto, pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Sessões, em 07 de dezembro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente;
HERMAS BRANDÃO — Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 244/83

PARECER

Encaminhada por sua excelência o senhor governador do Estado, através da Mensagem n.º 161/83, visa o presente plano de lei, disciplinar os depósitos de interesse da Administração estadual em dinheiro no Banco do Estado do Paraná, bem como das garantias referentes a licitações e execução de contratos, em qualquer órgãos de entidades da administração direta ou indireta do Estado, de créditos tributários de qualquer natureza e outros créditos.

A matéria sob seu aspecto legal e constitucional, já mereceu da douta Comissão de Constituição e Justiça, parecer favorável.

Quanto ao aspecto financeiro, que cabe a esta Comissão de Finanças analisar, não encontramos qualquer impedimento na sua tramitação, razão por que somos pela sua APROVAÇÃO.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 08 de dezembro de 1983.

(aa) HOMERO OGUIDO – Presidente;

EZEQUIAS LOSSO – Relator.

1ª DISCUSSÃO – do projeto de Lei nº 245/83, de autoria do Poder Executivo, (Mensagem nº 163/83) que objetiva alterar dispositivos da Lei nº 7.257, de 30/11/79, conforme especifica. (Taxa de Segurança). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.S.P., e EMENDAS da C.C.J. e C.F.— Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 245/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º – O parágrafo 1º, do art. 3º da Lei nº 7.257, de 30 de novembro de 1979, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 1º – A UPFPR, em consonância com o §2º do art. 97 do Código Tributário Nacional, será atualizada

semestralmente, em junho e dezembro de cada ano, para vigorar nos meses seguintes, através de Instrução do Secretário de Estado das Finanças (art. 52, inciso II da Constituição do Paraná) mediante a utilização dos coeficientes de correção monetária de créditos tributários correspondentes ao imposto a que se refere o inciso II do art. 23 da Constituição da República Federativa do Brasil”.

Art. 2º – O inciso II, do art. 9º, da Lei nº 7.257/79, passa a vigorar com a seguinte redação:

“II – à situação funcional dos servidores públicos em geral, ativos ou inativos”.

Art. 3º – As alíquotas das tabelas de que trata o art. 4º, da Lei nº 7.257/79 serão aplicadas com as alterações constantes das tabelas anexas a esta lei.

Art. 4º – A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, tendo eficácia a partir de 1º de janeiro de 1984.

Art. 5º – Revogam-se as disposições em contrário.

(a) PODER EXECUTIVO.

CLASSIFICAÇÃO DISCRIMINAÇÃO		ALÍQUOTAS		
		ANUAL	MENSAL	POR VEZ/ DIA/UNIDADE
TABELA I				
1.	Atos Relativos ao Serviço de Identificação e de Investigação			
1.1	Certidão de “silêncio” de registros criminais			5 %
1.2	Atestados:			
1.2.1	Coletivos de interesse de empresas privadas; por pessoa.			5 %
1.2.2	De antecedentes criminais.			4 %
1.3	Cédulas:			
1.3.1	De identidade			5 %
1.3.2	2ª via de cédula de identidade.			8 %
1.3.3	Retificação em geral.			5 %
TABELA II				
2.	Atos Relativos ao Instituto Médico Legal			
2.1	Certidões:			
2.1.1	De laudo de necrópsia			2 %
2.1.2	De laudo de exumação e necrópsia			15 %
2.1.3	De laudo de lesões corporais para fins particulares			15 %
2.1.4	De laudo para processos e acidentes do trabalho			5 %

TABELA PARA CÁLCULO DA TAXA DE SEGURANÇA

BASE DE CÁLCULO: HPF PR VIGENTE NO EXERCÍCIO

CLASSI- FICAÇÃO	DISCRIMINAÇÃO	ALÍQUOTAS		
		ANUAL	MENSAL	POR VEZ/ DIA/UNIDADE
2.1.5	De exames químico-legais			8%
2.1.6	De exames toxicológicos			8%
2.1.7	De exames anátomo-patológicos			8%
2.1.8	De exames sexológicos			8%
2.1.9	De exames de verificação de idade			8%
2.1.10	De exames de sanidade mental			8%
2.1.11	De exames de outras naturezas			8%
2.2	Taxa de embalsamento			200%
2.2.1	Taxa de formolização			100%
2.3	Exames radiológicos			80%
3.	TABELA 3			
3.1	ATOS RELATIVOS AO INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA			
3.1.2	Exames externos:			30%
3.1.3	Acidentes de trânsito na Capital			70%
3.2	Acidentes de trânsito em outros municípios			
3.2.1	Vistoria nos municípios sedes de Seções Técnicas:			30%
3.2.2	De constatação de danos			80%
3.2.3	De levantamento de questões possessórias			70%
3.2.4	De veículos transportadores de valores			65%
	De numerações identificadoras de veículos ou de outra natureza			

TABELA PARA CÁLCULO DA TAXA DE SEGURANÇA

BASE DE CÁLCULO: UPF PR VIGENTE NO EXERCÍCIO

CLASSI- FICAÇÃO	DISCRIMINAÇÃO	ALÍQUOTAS		
		ANUAL	MENSAL	POR VEZ/ DIA/UNIDADE
3.3	Vistorias fora dos municípios sedes de Seções Técnicas:			
3.3.1	De constatação de danos			50%
3.3.2	De levantamento de questões possessórias			100%
3.3.3	De veículos transportadores de valores			100%
3.3.4	De numerações identificadoras de veículos ou de outra natureza			95%
3.4	Exames diversos e pareceres; exames de documentos contábeis, exames de laboratório em geral, de jogos e outros especiais			100%
	NOTA: Os exames e pareceres, bem como os serviços especiais que, pela natureza e complexidade, devam ultrapassar o limite estabelecido neste item, serão objeto de orçamento prévio a ser apresentado à parte interessada.			
3.5	Fotografias:			
3.5.1	Fotografias, legendadas e autenticadas até o tamanho 18x24 (1ª via)			8%
3.5.2	Demais cópias por unidade			5%
3.5.3	Ampliações fotográficas até o tamanho de 30x40 (1ª via)			25%
3.5.4	Demais vias por unidade			15%
3.6	NOTA: Ampliações que ultrapassem o tamanho 30x40 serão objeto de orçamento prévio, a ser apresentado à parte interessada			
	Cópias:			
3.6.1	Fotostáticas de documentos, para cada folha ou exemplar			0,3%

TABELA PARA CÁLCULO DA TAXA DE SEGURANÇA

BASE DE CÁLCULO: UPF PR VIGENTE NO EXERCÍCIO

CLASSI- FICAÇÃO	DISCRIMINAÇÃO	ALÍQUOTAS		
		ANUAL	MENSAL	POR VEZ/ DIA/UNIDADE
3.6.2 3.6.2.1 3.6.3 3.6.3.1 3.6.3.2 3.7	Heliográficas por unidade: Medindo até 33x22 Ultrapassando essa medida De laudos, exceto fotografias e diagramas, por via Até 6 folhas Por folha excedente Certidões NOTA: Não serão fornecidas cópias de laudos sem as respectivas ilustrações quando houver.			5% 10% 5% 8% 1% 3%
4. 4.1 4.1.2 4.1.2.1 4.1.3	TABELA 4 ATOS RELATIVOS À FISCALIZAÇÃO POLICIAL EM GERAL Alvará mensal para: Alto falante: Fixos ou móveis para diversos ou propaganda em geral Boite, Music-Hall, Grill-Room, Drive-In, Uiscaria, Dancing ou Cabaré, Taxi-Girl, Discoteca, Bar musical noturno, Restaurante dançante e similares:		8%	

TABELA PARA CÁLCULO DA TAXA DE SEGURANÇA

BASE DE CÁLCULO: UPF PR VIGENTE NO EXERCÍCIO

CLASSI- FICAÇÃO	DISCRIMINAÇÃO	ALÍQUOTAS		
		ANUAL	MENSAL	POR VEZ/ DIA/UNIDADE
4.1.3.1	Com "show" e com dança		80%	
4.1.3.2	Sem "show" e com dança		60%	
4.1.3.3	Sem "show" e sem dança		45%	
4.1.4	Cinemas:			
4.1.4.1	Com exibição em qualquer bitola, em cidades de até 50.000 habitantes		8%	
4.1.4.2	Com exibição em qualquer bitola, em cidades com mais de 50.000 habitantes		16%	
4.1.4.3	Até 4 sessões semanais		8%	
4.1.4.4	Até 4 sessões por dia		20%	
4.1.4.5	Com lotação até 1.000 lugares		20%	
4.1.4.6	Com lotação superior a 1.000 lugares		25%	
4.1.4.7	Com mais de 4 sessões por dia		30%	
	NOTA: Os cinemas com exibição de bitola de 70 mm terão um aumento de 20% e os cinemas com bitola de 16 mm um abatimento de 50%.			
4.1.4.8	Cinemas tipo (drive-in) ou similares		20%	
4.1.5	Jogos de habilidade, através de máquina ou aparelho elétrico ou eletrônico, explorado por pessoa física ou jurídica, alvará por unidade			12%

TABELA PARA CÁLCULO DA TAXA DE SEGURANÇA

BASE DE CÁLCULO: UPF PR VIGENTE NO EXERCÍCIO

CLASSI-FICAÇÃO	DISCRIMINAÇÃO	ALÍQUOTAS		
		ANUAL	MENSAL	POR VEZ/ DIA/UNIDADE
4.1.6	Jogos de habilidade, mecânicos ou manuais, explorados por pessoa física ou jurídica; jogos de bocha, bolão e congêneres que não sejam instalados em sociedades recreativas, registradas na Delegacia de Polícia, alvará por unidade			6%
4.1.7	Execução musical, fonomecânica e sem locutor, por eletrola, gravador, alto-falante ou similares, em casas de comércio e que não seja efetivada em cabine indevassável		4%	
4.1.8	Orquestra, conjunto musical, música mecânica ou eletrofônica, com ou sem inserção de moeda, em bar, confeitaria, leiteria, soverte-lancharia, ou em outros estabelecimentos congêneres		4%	
4.1.9	Parque ou "Stand":			
	Por aparelho ou local de atração			8%
4.1.10	Parque de patinação e piscina pública em recinto aberto ou fechado			50%
4.1.11	Jogos de cartados lícitos, permitidos em sociedade legitimamente constituídas, alvará por mesa			80%
4.1.12	Rádio emissora e Televisão		6%	
4.2	Alvará para:			
4.2.1	Bailes públicos ou populares, com cobrança de ingressos, mesa ou convite			

TABELA PARA CÁLCULO DA TAXA DE SEGURANÇA

BASE DE CÁLCULO: UPF PR VIGENTE NO EXERCÍCIO

CLASSIFICAÇÃO	DISCRIMINAÇÃO	ALÍQUOTAS		
		ANUAL	MENSAL	POR VEZ/ DIA/UNIDADE
4.2.1.1	Em cidades com até 50.000 habitantes, por baile			25%
4.2.1.2	Em cidades com mais de 50.000 habitantes, por baile			30%
4.2.1.3	Nos distritos administrativos ou judiciários e fora do quadro urbano dos municípios do interior, por baile			30%
4.2.2	Circos, concertos, recitais e outros espetáculos teatrais com cobrança de entrada:			
4.2.2.1	De 1 a 5 dias de espetáculos		8%	
4.2.2.2	De 6 a 10 dias de espetáculos		10%	
4.2.2.3	De 11 a 15 dias de espetáculos		15%	
4.2.2.4	De mais de 15 dias de espetáculos		20%	
4.2.3	Luta livre, box ou similares, com entradas pagas por espetáculo			20%
4.2.4	Glorama ou similares, por dia			30%
4.3	Registro de:			
4.3.1	Associações recreativas, clubes, sociedades privadas, etc. (anual)	40%		
4.3.2	Entidades, organizações, empresas e estabelecimentos a que se referem o item 4.1.3 e subitens desta Tabela (anual)	80%		
4.3.3	Salões de bailes denominados "públicos" ou "populares", ou de empresa organização ou entidades que promova ou explore tais bailes (anual)	100%		

TABELA PARA CÁLCULO DA TAXA DE SEGURANÇA

BASE DE CÁLCULO: UPF PR VIGENTE NO EXERCÍCIO

CLASSI- FICAÇÃO	DISCRIMINAÇÃO	ALÍQUOTAS		
		ANUAL	MENSAL	POR VEZ/ DIA/UNIDADE
4.3.4 4.3.4.1 4.3.4.2 4.3.4.3 4.4	Pessoas que operam neste setor, inclusive para o fornecimento de carteiras: Bailarinas de sala Artistas e auxiliares teatrais Empresários e proprietários Por vistoria nos estabelecimentos previstos nesta Tabela			2% 3% 10% 20%
5.1 5.2	TABELA 5 Bilhares e “snooker”, explorados por pessoa física ou jurídica, que não sejam instalados em sociedade recreativa registrada na Delegacia de Polícia — por unidade mensal Bilharitos (bilhares menores, com caçapa e gavetas internas e dispositivo de marcação de partida) — pebolins, futebol de mesa nas mesmas condições do item anterior — por unidade mensal		4% 2%	
6.1 6.1.1	TABELA 6 Certidões: De autos de inquéritos policiais, processos contravencionais, etc., por folha			3%

TABELA PARA CÁLCULO DA TAXA DE SEGURANÇA

BASE DE CÁLCULO: UPF PR VIGENTE NO EXERCÍCIO

CLASSI- FICAÇÃO	DISCRIMINAÇÃO	ALÍQUOTAS		
		ANUAL	MENSAL	POR VEZ/ DIA/UNIDADE
6.1.2	Cópias fotostáticas -- xerox -- por folha autenticada			0,3%
6.1.3	Negativas expedidas pela Delegacia de Furtos de Veículos			4%
6.1.4	Negativas expedidas pela Delegacia de Anti-Tóxicos			4%
6.1.5	Certidões diversas, de atos praticados em Delegacias de Polícia e ou outros órgãos policiais, não compreendidos nas Tabelas desta Lei			
6.2.1	Atestados diversos, fornecidos pelas autoridades policiais			3%
6.3	Recebimento de petições, requerimentos ou queixas em delitos de ação privada			1%
6.4	Diária pela permanência de veículos apreendidos, no interior das Delegacias, após a notificação do respectivo proprietário			5%
6.5	Transporte, por guincho, de veículo apreendido, até 25 quilômetros			1%
				50%
7.1	TABELA 7			
7.1	ATOS RELATIVOS À ESCOLA DE POLÍCIA CIVIL			
7.1	Inscrição no Curso de Formação de Vigilantes (Decreto 2140/76) por aluno			120%
7.2	Inscrição no Curso de Atualização de Vigilantes			120%

TABELA PARA CÁLCULO DA TAXA DE SEGURANÇA

BASE DE CÁLCULO: UPF PR VIGENTE NO EXERCÍCIO

CLASSI-FICAÇÃO	DISCRIMINAÇÃO	ALÍQUOTAS		
		ANUAL	MENSAL	POR VEZ/ DIA/UNIDADE
7.3	Inscrição no Curso de Proteção e Vigilância Interna de Estabelecimentos Privados			120%
7.4	Exame Psicotécnico			25%
7.5	Expedição de certificados e documentos diversos			5%
8.	TABELA 8			
8.1	ATOS RELATIVOS À DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES			
8.1.1	Alvará:			
8.1.2	Para Agências de Informações -- anual	200%		
	De fiscalização de oficinas de qualquer espécie que comerciem ou reformem armas em geral -- anual	100%		
8.1.3	De fiscalização para o fabrico, importação, exportação e comércio de armas, munições, inflamáveis e produtos químicos, agressivos e corrosivos:			
8.1.3.1	Fabricantes -- anual	200%		
8.1.3.2	Representantes -- anual	50%		
9.1.3.3	Comerciante -- anual	30%		
8.1.4	De fiscalização para depósito de explosivos ou inflamáveis semestral			20%

TABELA PARA CÁLCULO DA TAXA DE SEGURANÇA

BASE DE CÁLCULO: UPF PR VIGENTE NO EXERCÍCIO

CLASSIFICAÇÃO	DISCRIMINAÇÃO	ALÍQUOTAS		
		ANUAL	MENSAL	POR VEZ/ DIA/UNIDADE
8.1.5	De habilitação para exercer a profissão de encarregado de fogo e/ou técnico de explosivos "blaster" — anual	8%		
8.1.6	De licença para transporte de mostruário de armas e munições — anual	70%		
8.1.7	Licença para o comércio de fogos de artifícios:			
8.1.7.1	Firmas atacadistas — anual	90%		
8.1.7.2	Firmas varejistas — anual	60%		
8.1.8	De licença para o transporte de inflamável ou explosivos — alvará semestral :			
8.1.8.1	Autônomo — por unidade transportadora	20%		
8.1.8.2	Empresa — por unidade transportadora			30%
8.1.9	De vistoria em fábricas ou depósitos de explosivos ou inflamáveis — semestral			16%
8.1.10	De licença para uso ou emprego de explosivos — semestral			25%
8.2	Registros anuais:			
8.2.1	De arma de defesa pessoal			50%
8.2.2	De arma de tiro ao alvo ou caça			50%
8.2.3	De museus ou colecionadores de armas:			
8.2.3.1	Até dez armas			20%

TABELA PARA CÁLCULO DA TAXA DE SEGURANÇA

BASE DE CÁLCULO: UPF PR VIGENTE NO EXERCÍCIO

CLASSI- FICAÇÃO	DISCRIMINAÇÃO	ALÍQUOTAS		
		ANUAL	MENSAL	POR VEZ/ DIA/UNIDADE
8.2.3.2	Mais de dez armas			60%
8.2.4	Hotéis:			
8.2.4.1	Sem estrela — até 20 quartos	25%		
8.2.4.2	Sem estrela — de 21 a 50 quartos	40%		
8.2.4.3	Sem estrela — mais de 50 quartos	60%		
8.2.4.4	Com 1 estrela	80%		
8.2.4.5	Com 2 estrelas	100%		
8.2.4.6	Com 3 estrelas	120%		
8.2.4.7	Com 4 estrelas	200%		
8.2.4.8	Com 5 estrelas	300%		
8.2.5	Motéis:			
8.2.5.1	Até 10 quartos	200%		
8.2.5.2	De 11 a 20 quartos	300%		
8.2.5.3	De 21 a 50 quartos	400%		
8.2.5.4	Mais de 50 quartos	500%		
8.2.6	Pensões e similares:			
8.2.6.1	Até 10 quartos	10%		
8.2.6.2	De 11 a 20 quartos	15%		
8.2.6.3	De 21 a 50 quartos	25%		
8.2.6.4	Mais de 50 quartos	50%		16%
8.2.7	Transferências de registros em geral			

TABELA PARA CÁLCULO DA TAXA DE SEGURANÇA

BASE DE CÁLCULO: UPF PR VIGENTE NO EXERCÍCIO

CLASSI- FICAÇÃO	DISCRIMINAÇÃO	ALÍQUOTAS		
		ANUAL	MENSAL	POR VEZ/ DIA/UNIDADE
8.3	Atestados: De idoneidade para o comércio de armas, munições e explosivos			5%
8.4	Licenças: Para o porte de armas de defesa pessoal:			
8.4.1	Para motoristas profissionais — por ano — porta luvas	20%		
8.4.1.1	Para motoristas particulares — por ano — porta luvas	50%		
8.4.1.2	Para particulares em geral — por ano — cintura	120%		
8.4.1.3	Para trânsito de armas de caça — anual	100%		
8.4.2	Para trânsito de armas de tiro ao alvo — anual	50%		
8.4.3	Para compras de armas e munições			5%
8.4.4	Taxa de devolução de arma apreendida			20%
8.5	Certidões : De vistorias em fábricas de explosivos ou inflamáveis			16%
8.6.1	Diversos, não compreendidos nesta Tabela			10%
8.6.2	Certificados de cumprimento do Decreto 2.140/76 — anual	200%		
8.7	Sistema de alarme, por agência bancária, certificado de regularidade mensal		10%	
8.8	Alvará de funcionamento de Empresas de Segurança Bancária de conformidade com a legislação vigente, anual ou prorrogação	200%		
8.9	Alvará para Empresa de Vigias e Guardiões em empresas que mantenham serviços próprios de vigias e guardiões	200%		
8.10				

TABELA PARA CÁLCULO DA TAXA DE SEGURANÇA

BASE DE CÁLCULO: UPF PR VIGENTE NO EXERCÍCIO

CLASSI- FICAÇÃO	DISCRIMINAÇÃO	ALÍQUOTAS		
		ANUAL	MENSAL	POR VEZ/ DIA/UNIDADE
8.11	Atestado de regularidade das Empresas de conformidade com a legislação vigente:			
	Por atestado			10%
8.12	Alvará para veículo blindado de transporte de valores, de acordo com a legislação vigente:			
	Por alvará ou revalidação — semestral			40%
8.13	Certificado definitivo para as Agências Bancárias, no que diz respeito ao sistema de alarme, de acordo com a legislação vigente			
8.14	Expedição de Carteira para Vigilantes, Vigias e Guardiões:			100%
	Por carteira expedida — 2ª via			3%
	Por carteira expedida — 2ª via			5%
8.15	Licença para funcionamento da Empresa fornecedora, locadora ou instaladora de sistema de alarme para instituições bancárias, caixas econômicas e cooperativas de crédito que funcionam em lojas ou escritórios:			
	Por licença anual	100%		

TABELA PARA CÁLCULO DA TAXA DE SEGURANÇA

BASE DE CÁLCULO: UPF PR VIGENTE NO EXERCÍCIO

CLASSI- FICAÇÃO	DISCRIMINAÇÃO	ALÍQUOTAS		
		ANUAL	MENSAL	POR VEZ/ DIA/UNIDADE
9.	ATOS RELATIVOS À PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE			
9.1				
9.1.1				
9.1.2	Alvarás: De fiscalização de Empresa de extração de madeira ou desmatamento, por empresa — anual De fiscalização em indústria de conservas de produtos de origem florestal, por empresa — anual	100%		
		100%		

TABELA PARA CÁLCULO DA TAXA DE SEGURANÇA

BASE DE CÁLCULO: UPF PR VIGENTE NO EXERCÍCIO

CLASSI- FICAÇÃO	DISCRIMINAÇÃO	ALÍQUOTAS		
		ANUAL	MENSAL	POR VEZ/ DIA/UNIDADE
10.1	TABELA 10 Habilitação de Condutores: Aprendizagem e autorização p/conduzir veículos — por vez Provas escritas ou orais, sobre leis e regulamentos de trânsito, para amadores e profissionais, e provas escritas ou orais sobre conhecimento técnico do veículo, para profissionais — por vez Provas práticas da direção na via pública — por vez Exames: Da sanidade física e mental — por vez Psicotécnico — por vez Carteira Nacional de Habilitação Averbação da Carteira Nacional de Habilitação — por vez Segunda via da Carteira Nacional de Habilitação — por unidade Autorização e condutor habilitado no estrangeiro, por prazo não superior a seis meses Autorização a motorista amador, diplomata ou credenciado junto às representações diplomáticas, até 12 meses — por vez			6
10.1.1				2.5
10.1.2				4
10.1.3				10
10.2				10
10.2.1				6
10.2.2				6
10.3				6
10.4				15
10.5				15
10.6				
10.7				

TABELA PARA CÁLCULO DA TAXA DE SEGURANÇA

BASE DE CÁLCULO: UPF PR VIGENTE NO EXERCÍCIO

CLASSI- FICAÇÃO	DISCRIMINAÇÃO	ALÍQUOTAS		
		ANUAL	MENSAL	POR VEZ/ DIA/UNIDADE
10.8	Licenças diversas:			
10.8.1	As pessoas físicas ou jurídicas, a requerimento, para estacionamento especiais — anual	20		
10.8.2	Para trânsito do veículo, sem placas, mediante licença especial de pára-brisa, até 15 dias — por dia			2
10.8.3	Para trafegar em zonas ou horários não permitidos (anéis ou bloqueio)			10
10.8.4	Para uso de placa experiência — por dia			10
10.8.5	Para estacionamento em faixas de estacionamento — pontos de estacionamento de veículos de aluguel — anual	30		
10.9	Autorizações diversas:			
10.9.1	Para substituição, remarcação ou regravação de motor — por vez			50
10.9.2	Para remarcação ou regravação de chassis — por vez			50
10.9.3	Para remontagem de veículos — por vez			80
10.9.4	Para pequenas adaptações, no veículo, de acessórios não convencionais — por vez			30
10.9.5	Para colocação de díscos especiais em veículos, destinados ao transporte de inflamáveis, explosivos e materiais físeis — anual	40		
10.9.6	Para colocação de faixas permitidas pela legislação de trânsito — por dia			10

TABELA PARA CÁLCULO DA TAXA DE SEGURANÇA

BASE DE CÁLCULO: UPF PR VIGENTE NO EXERCÍCIO

CLASSI- FICAÇÃO	DISCRIMINAÇÃO	ALÍQUOTAS		
		ANUAL	MENSAL	POR VEZ/ DIA/UNIDADE
10.9.7	Para guinchamentos privados -- por guincho -- aula	30		
10.10	Registros diversos			
10.10.1	Registros de despachantes -- anual			120
10.10.2	Registros de auto-escola -- anual	120		
10.10.3	Registro de instrutor de auto-escola -- por vez			25
10.10.4	De oficinas mecânicas que regravem motores e chassis de veículos ou efetuem a substituição de motores -- anual	100		
10.10.5	De estabelecimentos que comerciem com veículos irrecuperáveis ou peças básicas (motores e chassis) anual	100		
10.11	Serviços diversos			
10.11.1	Certidões -- por unidade			2
10.11.2	Fotocópias de documentos de habilitação e prontuários por unidade			0,3
10.11.3	Expedição para outros Estados, registro e arquivamento de prontuários recebidos de outros Estados -- por unidade			8
10.11.4	Levantamento de acidentes à conta do causador devidamente julgado -- por vez			20
10.11.5	Substituição de certificado e registro -- por vez			8

TABELA PARA CÁLCULO DA TAXA DE SEGURANÇA

BASE DE CÁLCULO: UPF PR VIGENTE NO EXERCÍCIO

CLASSIFICAÇÃO	DISCRIMINÇÃO	ALÍQUOTAS			POR VEZ/ DIA/UNIDADE
		ANUAL	MENSAL		
10.11.6	Segunda via do certificado de registro por unidade				8
10.11.7	Vistorias domiciliares -- por vez				50
10.11.8	Substituição de placas -- por vez				10
10.11.9	Guinchamento -- por vez				50
10.11.10	Estadia no estacionamento oficial do Detran por vez				2
10.11.11	Apostilas ou certificados -- por unidade				8

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 245/83

Oriundo de Mensagem Governamental, o presente Plano de Lei tem por finalidade alterar dispositivos da lei nº 7.257, de 30.11.79, que dispõe sobre a Taxa de Segurança.

Nos termos da justificativa apresentada pelo senhor governador do Estado, na Mensagem nº 163/83, tal alteração está sendo proposta visando dotar aos órgãos do setor administrativo de melhores condições, a fim de manter o sistema policial do Estado, através do Funrespol e Funretran, com equipamentos a altura de suas reais necessidades, possibilitando assim a prestação de serviços nas normas almejadas pela coletividade paranaense.

De acordo com as normas constitucionais, em vigor, (art. 25, § 1º e 47 da Constituição Estadual), a matéria não encontra qualquer óbice que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de dezembro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR - Presidente
HERMAS BRANDÃO — Relator

EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 245/83

Acrescente-se onde couber:

Art. — Das importâncias arrecadadas em decorrência do disposto nesta Lei, 10% (dez por cento) serão destinados a programas de assistência ao menor.

Sala das Comissões, em 13 de dezembro de 1983.

(aa) ERVIN BONKOSKI,
ANIBAL KHURY
SÉRGIO SPADA
BASÍLIO ZANUSSO
EZEQUIAS LOSSO
JOSÉ ANTÔNIO FONSECA
HERMAS BRANDÃO
TADEU LÚCIO MACHADO
GILBERTO CARVALHO

EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 245/83

Na Tabela 4, anexa a esta Lei elimine-se a rubrica:

4.1.12 — Rádio Emissora e Televisão 6%.

Sala das Comissões, em 13 de dezembro de 1983.

(aa) ERVIN BONKOSKI
EDMAR LUIZ COSTA
TADEU LÚCIO MACHADO
HERMAS BRANDÃO
JOSÉ ANTÔNIO FONSECA
ANIBAL KHURY
SÉRGIO SPADA
DJALMA DE ALMEIDA CESAR

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei nº 245/83

Tem por finalidade o presente projeto de lei, alterar dispositivos da Lei nº 7.257, de 30 de novembro de 1979, que dispõe sobre a Taxa de Segurança.

Sobre a matéria houve parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, analisando o aspecto legal e constitucional.

No âmbito desta Comissão de Finanças, temos que, os dispositivos legais cujas alterações são propostas atendem os interesses financeiros do Estado, estando em condições de merecer a aprovação desta Casa, opinando-se assim, favoravelmente ao projeto e emendas da Comissão de Constituição e Justiça, excluindo-se a tabela 10, anexa, de acordo com a emenda que ora apresentamos, em atendimento à solicitação do excelentíssimo senhor

Governador do Estado, na Mensagem 174/83, que deu origem ao Projeto de Lei nº 257/83, ora tramitando por este Poder.

Sala das Comissões, em 15 de dezembro de 1983.

(aa) ERVIN BONKOSKI - Presidente
HOMERO OGUIDO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Emenda ao Projeto de Lei nº 245/83

Fica suprimida a Tabela 10 anexa ao presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, em 15 de dezembro de 1983.

(aa) ERVIN BONKOSKI - Presidente
HOMERO OGUIDO - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Parecer ao Projeto de Lei nº 245/83

O Projeto de Lei nº 245/83, oriundo da Mensagem Governamental nº 163/83, tem como objetivo alterar dispositivos da Lei nº 7.257, de 30 de novembro de 1979, que dispõe sobre a Taxa de Segurança.

Examinando o Projeto, verifica-se que entre as razões está a de uma melhor prestação de serviços para a coletividade através de recursos carreados através do Funrespol e Funrestran que permitirão atendimento com gastos de capital.

À proposição estão apenas Emendas da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Finanças, devidamente aprovadas naqueles colegiados.

No âmbito desta Comissão de Segurança, temos para nos que o projeto encontra-se em condições de receber a aprovação.

Nestes termos, o nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 15 de dezembro de 1983.

(aa) FIORI LUIZ - Presidente
SÉRGIO SPADA - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 246/83, de autoria do Poder Executivo, (Mensagem nº 162/83), que objetiva alterar dispositivos da Lei nº 6.774, de 08/01/76, conforme especifica. Com pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF, CRH e CSP, por unanimidade. - **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 246/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - O art. 37, da Lei nº 6774, de 08 de janeiro de 1976, fica acrescido do item XI, o art. 53, item I, nas alíneas a e c, da mesma Lei, fica acrescido, respectivamente, do nº 7, e nº 3, com a seguinte redação:

"Art. 37 -

.....

XI - "Batalhão, Companhia, Pelotão e Grupo de Polícia Militar Feminina (BPM Fem, Cia PM Fem, Pel PM Fem e GP PM Fem) que tem a seu cargo a execução do policiamento ostensivo feminino, atuando na segurança pública,

principalmente no que se refere à proteção de menores, mulheres e anciões".

"Art. 53 -

I -

a)

.....

7 - Quadro de Oficiais da Polícia Militar Feminino (QOPM Fem).

c)

.....

3 - Praças Policiais-Militares Femininas (Praças PM Fem).."

Parágrafo único - Os nºs 1 e 2, da alínea b, do item I, do art. 53 e o art. 54, da Lei nº 6.774, de 08 de janeiro de 1976, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 53 -

I -

b)

1 - "Aspirante-a-Oficial PM, BM e PM Fem";

2 - "Alunos-Oficiais PM, BM e PM Fem"; e

"Art. 54 - As Praças Policiais-Militares, Bombeiros-Militares e Policiais-Militares Femininas serão grupados em qualificações policiais-militares gerais e particulares (QPMG e QPMP)."

Art. 2º - Aplicam-se às Policiais-Militares Femininas a legislação e as normas vigentes na Corporação, no que lhes couber.

Parágrafo único - As situações não compreendidas na legislação, vigente ou às quais esta não se aplica, serão disciplinadas por Decreto do Poder Executivo.

Art. 3º - Ficam deduzidas do Quadro de Oficiais Policiais-Militares (QOPM), 5 (cinco) vagas de 2º Tenentes, previstas no Anexo I, da Lei nº 7.047, de 21 de novembro de 1978, com as modificações introduzidas pela Lei nº 7.638, de 10 de setembro de 1982, para, inicialmente, constituir o QOPM Fem.

Art. 4º - Passam a integrar o QOPM Fem as Aspirantes-a-Oficial Femininos que forem promovidas ao posto de 2º Tenente PM Fem nas primeiras cinco vagas que ocorrerem no QOPM, a partir da vigência desta Lei.

Art. 5º - Os oficiais do QOPM Fem somente exercem funções específicas do seu respectivo quadro e constantes do Quadro de Organização da PMPR.

Art. 6º - Fica deduzida do Quadro de Saúde 1 (uma) vaga de 1º Tenente Veterinário, que passa para o Quadro de Oficiais Especialistas de Comunicações.

Art. 7º - Os Anexos 1, 2 e 3 da Lei 7.047, de 21 de novembro de 1978, modificados pela Lei nº 7.638, de 10 de setembro de 1982, ficam alterados na forma dos Anexos que fazem parte integrante desta Lei.

Parágrafo único - A alteração dos Anexos mencionados neste artigo não implica em qualquer aumento do efetivo previsto na Polícia Militar do Paraná.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) PODER EXECUTIVO

RESUMO DOS QUADROS DE OFICIAIS – ANEXO I

QUADROS		CEL	TC	MAJ	CAP	1º T	2º T	SOMA
QOPM		10	32	47	115	143	149	496
QOBM		1	2	6	12	30	36	87
QOPM Fem		–	–	–	–	–	5	5
D S	MÉDICOS	1	5	6	6	7	–	25
	DENTISTAS	1	2	7	8	5	–	23
	VETERIN	–	–	–	1	1	–	2
	BIOQUIM	–	2	1	1	3	–	7
Q C P M		–	1	1	–	–	–	2
	MÚSICOS	–	–	–	–	1	1	2
	COMUNIC	–	–	–	–	1	2	3
Q O A		–	–	–	13	25	70	108
QO EXTINÇÃO		–	–	1	6	4	–	11
S O M A		13	44	69	162	220	263	771

RESUMO DOS QUADROS DE OFICIAIS EM EXTINÇÃO -
ANEXO II

QUADROS	MAJ	CAP	1º T	SOMA
(1) MECÂNICO	1	1	–	2
(1) ELETRICISTA	–	–	1	1
(3) POL RODOVIÁRIO	–	3	2	5
(2) IMP REL PÚBLICA	–	1	1	2
(2) MÚSICO	–	1	–	1
T O T A L	1	6	4	11

- (1) Extinto pela Lei nº 4.855, de 30-03-64
(2) Extinto pela Lei nº 5.797, de 24-06-68
(3) Extinto pela Lei nº 5.926, de 22-04-69

RESUMO DAS PRAÇAS POR QUALIFICAÇÃO POLICIAL-MILITAR
GERAL – ANEXO III

Grad		ST	1º S	2º S	3º S	Cb	Sd	SOMA
QPM								
	QPMG 1 – Praças Pol.Militar	166	222	488	969	1341	8166	11352
	QPMG 2 – Praças Bomb.Militar	17	18	36	313	415	1112	1911
	QPMG 3 – Praças Pol.Mil.Fem	–	1	4	22	32	166	225
	S O M A	183	241	528	1304	1788	9444	13488

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 246/83

O presente Projeto de Lei nº 264/83, constituído da Mensagem Governamental nº 162/83, objetiva alterar dispositivos da Lei nº 6.774, de 08 de janeiro de 1976, que dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Estado do Paraná.

A presente medida do plano de lei, atende dispositivos constitucionais, eis que, matéria desta natureza é de iniciativa exclusiva do senhor Governador do Estado.

Por não haver nenhum óbice de natureza legal que se anteponha ao projeto, nosso parecer é, favorável à aprovação do presente Plano de Lei.

S.M.J.

Sala das Comissões, em 07 de dezembro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR - Presidente
HERMAS BRANDÃO – Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei nº 246/83

A matéria em pauta, Projeto de Lei originário da Mensagem Governamental nº 162/83, já recebeu o necessário parecer favorável da colenda Comissão de Constituição e Justiça.

O objetivo da medida é promover alterações na Lei nº 6.774, de 08 de janeiro de 1976, que regula a organização básica da Polícia Militar do Estado do Paraná.

A intenção do referido Projeto de Lei é criar um Quadro de Oficiais Policiais-Militares Feminino (QOPM Fem), buscando, desta forma, preencher uma lacuna na PMPR, ao mesmo tempo que possibilita às suas futuras integrantes o enquadramento em quadro específico pela condição de serem mulheres.

No que cabe à esta Comissão de Finanças opinar, entendemos ser a iniciativa do Chefe do Poder Executivo extremamente louvável, em virtude da oportunidade da medida, e, merecedora de nosso apoio, ainda porque, o Projeto de Lei, no parágrafo único de seu artigo 7º, especifica que tal medida não implica em qualquer aumento do efetivo previsto na Polícia Militar, não trazendo, portanto, aumento de despesa.

Neste sentido, manifestamos, nosso parecer favorável à matéria, ensejando, dessa forma, a sua aprovação.

Sala das Comissões, em 08 de dezembro de 1983.

(aa) HOMERO OGUIDO - Presidente
DIRCEU MANFRINATO – Relator

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Parecer ao Projeto de Lei nº 246/83

O Projeto de Lei nº 246/83, oriundo do Poder Executivo, visa alterar dispositivos da Lei nº 6.774, de 08 de janeiro de 1976, que dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Estado.

A proposição no que diz respeito aos recursos humanos, a que é chamada a opinar esta Comissão, está plenamente justificada, conforme esclarece a detalhada exposição de motivos constante da Mensagem 162/83.

Nestas condições o nosso parecer é favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14 de dezembro de 1983.

(a) ODENI MONGRUEL – Presidente e Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Parecer ao Projeto de Lei nº 246/83

O Projeto de Lei nº 246/83 se originou da Mensagem Governamental nº 162/83 e tem como objetivo alterar dispositivos da Lei nº 6.774, de 08 de janeiro de 1976, que dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Estado

do Paraná.

Examinando o projeto, verifica-se que tem como escopo a adequação da legislação atinente à Polícia Militar do Estado à existência de uma organização policial militar feminino e adequação dos quadros de oficiais e praças daquela corporação à nova situação.

Nestas condições, havendo o plano de lei merecido pareceres favoráveis nas Comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Recursos Humanos, não encontramos no âmbito dessa Comissão de Segurança Pública qualquer obstáculo que se lhe possa opor.

Nosso parecer, portanto, é favorável.

Sala das Comissões, em 15 de dezembro de 1983.

(aa) FIORI LUIZ - Presidente;

SERGIO SPADA - Relator.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 248/83, de autoria do Poder Executivo, (Mensagem n.º 168/83) que objetiva transformar quatrocentos e noventa cargos em Comissão, da Secretaria de Estado da Educação, em trezentos e trinta e dois cargos de igual natureza e cento e cinquenta e quatro funções gratificadas, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 248/83.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º Ficam transformados, na conformidade do anexo que faz parte integrante desta lei, quatrocentos e noventa (490) cargos de provimento em comissão, da estrutura da Secretaria de Estado da Educação, em trezentos e trinta e dois (332) cargos de igual natureza e cento e cinquenta e quatro (154) funções gratificadas.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 248/83.

O projeto de lei em pauta, oriundo de mensagem governamental, objetiva a transformação de quatrocentos cargos de provimento em comissões, da estrutura da Secretaria de Estado de Educação, em trezentos e trinta e dois cargos de igual natureza e cento e cinquenta e quatro funções gratificadas.

A justificativa do Excelentíssimo senhor governador do Estado enfatiza a necessidade de compatibilizar a Secretaria de Estado da Educação às demandas da realidade sócio-econômica e educacional do Paraná, que levou o governo a baixar decreto adotando medidas alterando estruturalmente a referida Secretaria, com ampliação de oito para vinte do número de Núcleos Regionais, extinção das inspetorias Regionais e Auxiliares de Ensino, a criação, em cada município do Estado de Inspetorias Estaduais de Educação.

A matéria, nos termos da Constituição Estadual é de iniciativa do Poder Executivo, e não fere qualquer dispositivo legal.

Nestas condições, nosso parecer é pela **APROVAÇÃO.**

Sala das Comissões, em 07 de dezembro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR - Presidente;

HOMERO OGUIDO - Relator.

Comissão das Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 248/83.

A mensagem Governamental n.º 168/83, encaminha à apreciação deste Poder projeto de Lei que objetiva

transformar quatrocentos e noventa cargos em comissão da estrutura da Secretaria de Estado da Educação, em trezentos e trinta e dois cargos de igual natureza e cento e cinquenta e quatro funções gratificadas.

O projeto merece parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Levando em consideração a justificativa contida na Mensagem do Excelentíssimo senhor governador do Estado, verifica-se que a medida tem como escopo a adaptação da ação daquela Secretaria de Estado à realidade sócio econômica e cultural do Paraná, tendo em vista que, recentemente, através de Decreto, o Poder Executivo procedeu a alterações na sua estrutura, extinguindo Inspetorias Regionais e Auxiliares de Ensino e criando Inspetorias Estaduais de Educação em cada Município do Paraná.

Verifica-se, portanto que não se pode objetar quanto à oportunidades da medida e que não havendo osbáculo de natureza legal, somos levados a opinar favoravelmente.

Sala das Comissões, em

(aa) HOMERO OGUIDO - Presidente;

DIRCEU MANFRINATO - Relator.

Comissão de Recursos Humanos

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 248/83

Visa o Plano de Lei em tela transformar cargos de provimento em comissão, da estrutura da Secetaria de Estado da Educação, em funções gratificadas.

Analisando-se o mérito da matéria, no que tange ao aspecto dos recursos humanos temos que, de acordo com a justificativa apresentada pela Mensagem 168/83, a medida atende aos interesses da administração pública, principalmente no setor da Secretaria de Estado da Educação.

Nestas condições o nosso parecer é favorável.

É o parecer

Sala das Comissões, em

(aa) ODENI MONGRUEL - Presidente e Relator.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 249/83, de autoria do Poder Executivo, (Mensagem n.º 169/83) que altera dispositivos da Lei Orgânica do imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias - ICM (Lei n.º 6.364, de 29/12/72), e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. e C.A. À EMENDA substitutiva da C.C.J. e EMENDA da C.F., por maioria. **Em discussão.**

PROJETO DE LEI N.º 249/83.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º - A Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972, modificada pelas leis adiante mencionadas, passa a vigorar com as seguintes alterações:

1.ª ALTERAÇÃO

Acrescenta o inciso IV, ao artigo 2.º, com a seguinte redação:

“Art. 2.º -

IV - a entrada, em estabelecimento comercial, industrial ou produtor, decorrente de operação realizada por seu titular, de bens importados do exterior, destinados a consumo ou ao ativo fixo do estabelecimento;”

2.ª ALTERAÇÃO

O § 4.º do artigo 2.º, revogado pela Lei n.º 6.551, de junho de 1974, fica restabelecido com a seguinte redação:

“ART. 2.º -

ANEXO a que se refere o art. 1º

SITUAÇÃO ATUAL				SITUAÇÃO PROPOSTA	
Nº	DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	Nº	DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO
08	Cargos em Comissão			Cargos em Comissão	
59	Chefe de Núcleo Regional	1-C	20	Chefe de Núcleo Regional	1-C
59	inspetor Regional de Ensino	3-C	01	Assistente Técnico	3-C
59	Inspetor de Ensino de 2º Grau	6-C	01	Assistente Administrativo	3-C
59	Inspetor de Ensino de 1º Grau	14-C	310	Inspetor Estadual de Educação	4-C
305	Inspetor Auxiliar de Ensino	15-C			
				Funções Gratificadas	
			45	Assistente de Núcleo Regional	1-F
			03	Assistente da Coordenação dos Núcleos Regionais	1-F
			40	Assistente	5-F
			07	Assistente da Coordenação dos Núcleos Regionais	4-F
			60	Assistente	6-F

§ 4.º - Considera-se ocorrido neste Estado o fato gerador, quando a mercadoria for encontrada sem documentação fiscal que comprove sua origem”.

3.ª ALTERAÇÃO

O inciso IV do artigo 3.º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3.º -

IV - no caso de entrada de mercadoria ou de bens destinados a consumo ou ao ativo fixo importados do exterior, em estabelecimento de contribuinte importador, a base de cálculo é o valor constante, dos documentos de importação, convertidos em cruzeiros a taxa cambial efetivamente aplicada em cada caso, acrescido do valor dos impostos de importação e sobre produtos industrializados e das demais despesas aduaneiras efetivamente pagas, assim entendidas aquelas verificadas até o desembaraço na repartição alfandegária”.

4.ª ALTERAÇÃO

O § 7.º do art. 3.º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3.º -

§ 7.º - O montante do imposto sobre produtos industrializados integra a base de cálculo do ICM exceto quando a operação configure hipótese de incidência de ambos os tributos.”

5.ª ALTERAÇÃO

É acrescentado ao artigo 3.º o seguinte parágrafo:

“Art. 3.º -

§ 11 - Salvo a hipótese de dolo, conluio, fraude, erro ou simulação, entender-se-á como valor líquido faturado, a que se refere o item V deste artigo, o constante dos documentos de exportação, convertido em cruzeiros a taxa cambial efetivamente aplicada ao caso”.

6.ª ALTERAÇÃO

O artigo 5.º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5.º - O lançamento poderá também ser efetuado mediante:

I - estimativa ou

II - arbitramento.

§ 1.º - Estão sujeitos ao regime de estimativa:

I - os vendedores ambulantes, sem conexão com estabelecimento fixo;

II - as pessoas e entidades que atuem temporariamente no comércio,

III - outros contribuintes que se enquadrem nesse regime, segundo os critérios fixados em instrução da Secretaria de Estado das Finanças.

§ 2.º - Na hipótese do item III do parágrafo anterior, garantir-se-á, alternativamente:

I - o aproveitamento integral ou parcelado do crédito concernente às entradas de mercadorias;

II - o reajuste ou restituição do ICM sob a forma de compensação no período seguinte.

§ 3.º - o arbitramento, que decorrerá de ação fiscal, caberá nos seguintes casos:

I - Falta de exibição dos elementos necessários à comprovação do valor da operação, serviços, bens, direitos, obrigações, custos e despesas;

II - falta de exibição, perda ou extravio de livros ou documentos fiscais;

III - falta de fé ou omissão nos documentos, declarações ou registros fisco-contábeis;

IV - transporte ou armazenamento de mercadorias sem os documentos fiscais ou que não refletirem o valor da operação;

V - suprimento de caixa ou ingresso de recursos sem comprovação da origem do numerário, esteja ou não escriturado;

VI - existência de exigibilidade cuja origem não seja comprovada.

§ 4.º - os critérios, modo e forma do arbitramento serão estabelecidos em ato da Secretaria de Estado das Finanças e obedecerão, no que couber, ao disposto no artigo 3.º desta lei.

§ 5.º - Sem prejuízo do direito de o contribuinte fazer prova em contrário, a autoridade fiscal poderá valer-se de elementos indiciários, de natureza fiscal, contábil ou comercial, para constatação de saídas ou entradas de mercadorias ocultadas ao ICM.”

7.ª ALTERAÇÃO

O artigo 8.º alterado, pelas leis n.ºs 6.618, de 27 de setembro de 1974 e 6.859, de 23 de dezembro de 1976, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 8.º - São as seguintes as alíquotas do ICM, a partir de 1.º de janeiro de 1984:

I - 17% (dezesete por cento) para as operações internas;

II - 12% (doze por cento) para as operações interestaduais que destinem mercadorias a comercialização ou industrialização a contribuintes estabelecidos nos Estados de Santa Catarina, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.

III - 9% (nove por cento) para as operações interestaduais que destinem mercadorias à comercialização ou industrialização a contribuintes estabelecidos no Distrito Federal, nos territórios de Roraima, Fernando de Noronha e Amapá ou nos Estados do Acre, Amazonas, Pará, Maranhão, Rondônia, Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul;

IV - 17% (dezesete por cento) para as operações interestaduais que destinem mercadorias a consumidores finais.

V - 13% (treze por cento) para as operações de exportação;

Parágrafo Único - Consideram-se operações internas:

1. aquelas em que o remetente e o destinatário das mercadorias estejam situados no território paranaense;

2. as de entrada, em estabelecimento de contribuintes:

a) de mercadorias importadas do exterior pelo titular do estabelecimento;

b) de bens importados do exterior, destinados a consumo ou ao ativo fixo.”

8.ª ALTERAÇÃO

Acrescenta o item 5, ao inciso IV do artigo 11, com a seguinte redação:

“Art. 11 -

IV -

5. o comerciante, o industrial e o produtor que promovam importação do exterior de bens destinados a consumo ou do ativo fixo de seu estabelecimento.”

9.ª ALTERAÇÃO

O inciso III e o seu item 1 do artigo 19 passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 19 -

III - Pelos estabelecimentos importadores de mercadorias estrangeiras, bem como de bens destinados a consumo ou ao ativo fixo”;

1. nos prazos estabelecidos em Instrução da Secretaria das Finanças;

10.ª ALTERAÇÃO

O artigo 22, alterado pelas leis n.ºs 6.757, de 22 de dezembro de 1972; e 7.032, de 19 de setembro de 1978, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 22 - Fica sujeito à atualização monetária o crédito tributário, inclusive o decorrente de multas, não pago nos prazos regulamentares, exceto quando garantido pelo depósito do seu montante integral em dinheiro.

§ 1.º - O depósito a que se refere este artigo será regulado em lei especial.

§ 2.º - A atualização monetária será o resultado da multiplicação do crédito tributário pelo coeficiente obtido com a divisão do valor nominal reajustado de uma obrigação reajustável do tesouro nacional (ORTN) no mês que se efetivar o pagamento, pelo valor da mesma obrigação no mês em que o crédito deveria ter sido pago."

11.ª ALTERAÇÃO

O artigo 25 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 25 - O ICM é pago na localidade onde se verificar a operação, assim entendida, em regra geral, aquela onde se encontrar o bem tributável do momento da ocorrência do fato gerador."

12.ª ALTERAÇÃO

O inciso IV, do artigo 26, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 26 -

IV - do estabelecimento em que derem entrada os bens tributáveis, em decorrência das operações referidas nos incisos II e IV, do artigo 2.º."

13.ª ALTERAÇÃO

O § 2.º do artigo 26 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 26 -

§ 2.º - Quando for encontrada mercadoria sem a documentação fiscal regular, o crédito tributário deve ser pago no órgão arrecador da localidade onde for verificada a infração."

14.ª ALTERAÇÃO

O § 5.º do artigo 27, revogado pela Lei n.º 7.032, de 19 de setembro de 1978, fica restabelecido com a seguinte redação:

"Art. 27 -

§ 5.º - Serão desprezadas as frações de Cr\$ 1,00 (hum cruzeiro), no pagamento do ICM, dos acréscimos, dos juros de mora e da correção monetária.

15.ª ALTERAÇÃO

O Caput do artigo 54 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 54 - Os infratores da legislação concernente ao ICM ficam sujeitos às seguintes penas:

I - multa;

II - suspensão temporária ou perda definitiva de benefícios fiscais, na forma estabelecida em instrução da Secretaria de Estado das Finanças;

III - apreensão e perdimento de mercadorias."

16.ª ALTERAÇÃO

Os valores expressos nos itens 9, 10, 11, 12, e 13 do § 1.º do artigo 54 passam a ter as seguintes equivalências com valores das ORTN vigentes no mês da lavratura do auto de infração desprezada a fração de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros):

I - item 9 - 2 (duas) ORTN, observado o mínimo estabelecido no § 3.º deste artigo e o máximo de 25 (vinte e cinco) ORTN;

II - item 10 - 4 (quatro) ORTN;

III - item 11 - 7 (sete) ORTN;

IV - item 12 - 12 (doze) ORTN;

V - item 13 - 25 (vinte e cinco) ORTN.

17.ª ALTERAÇÃO

Fica suprimida a alínea "1" do item 10 do § 1.º do artigo 54.

18.ª ALTERAÇÃO

Fica acrescida a alínea "d" do item 13 do § 1.º do artigo 54, com a seguinte redação:

"Art. 54 -

§ 1.º -

13 -

d) ao contribuinte que não efetuar a escrituração dos livros fiscais nos prazos regulamentares."

19.ª ALTERAÇÃO

O § 2.º do art. 54, revogado pela Lei n.º 6.757, de 22 de dezembro de 1975, fica restabelecido com a seguinte redação:

"Art. 54 -

§ 2.º - O prazo para o pagamento das multas previstas neste artigo será:

I - o dia seguinte ao do vencimento do imposto, nas hipóteses do item I do parágrafo anterior, obedecidas as reduções concedidas pelo artigo 58;

II - 30 (trinta) dias contados da data da intimação do lançamento nas demais hipóteses."

20.ª ALTERAÇÃO

O § 3.º do artigo 54, alterado pelas leis n.ºs 6.551, de 7 de junho de 1974, e 6.757, de 22 de dezembro de 1975, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 54 -

§ 3.º - Sem prejuízo do disposto no art. 58, o valor mínimo das multas é o equivalente ao de (quatro) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, em vigor na data do auto de infração, desprezada a fração de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros)."

21.ª ALTERAÇÃO

Ficam acrescidos ao artigo 54 os seguintes parágrafos:

"Art. 54 -

§ 6.º - Será apreendida a mercadoria que for encontrada em situação irregular.

§ 7.º - Considera-se em situação irregular a mercadoria:

I - que for localizada em qualquer ponto ou lugar do território estadual, sem titular, remetente, destinatário ou responsável conhecido, por falta de documentação, marca, sinal ou qualquer outra indicação indiciária da propriedade, ou, ainda, que for encontrada em circunstâncias que evidenciem o ânimo de seu proprietário ou responsável desfazer-se do domínio ou posse;

II - que, sem revestir as características descritas no item anterior, estiver desacompanhada de documentação idônea que comprove a legitimidade de sua procedência, destino ou circulação, ressalvados os objetos de evidente uso pessoal ou doméstico.

§ 3.º - As mercadorias em situação irregular configuram dano ao erário, nos termos da parte final do § 11 do artigo 153 da Constituição da República, e serão incorporados à fazenda pública estadual, em ressarcimento dos tributos e penalidades sobre elas incidentes, observado o procedimento prescrito nos itens 11 a 14 do parágrafo único do artigo 56 desta lei."

22.ª ALTERAÇÃO

Os itens 11 a 17, do parágrafo único do artigo 56, parcialmente revogados pela Lei n.º 7.032, de 19 de setembro de 1978, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 56 -

Parágrafo Único -

"11 - APREENSÃO

Na hipótese prevista no § 6.º do art. 54 desta lei, lavrar-se-á auto de apreensão, no qual as mercadorias serão devidamente individualizadas e avaliadas, procedendo-se ao cálculo do imposto devido e respectivas multas.

12 - Em seguida, o sujeito passivo - contribuinte ou responsável - será notificado para pagar o crédito ou impugnar o auto de apreensão e lançamento, seguindo o rito e prazos estabelecidos nos itens 18 e 19 deste parágrafo, observando-se ainda as seguintes formalidades:

a) se o sujeito passivo não for conhecido ou não

puder ser identificado, será feita intimação por edital aos eventuais interessados;

b) sendo integralmente satisfeito o crédito tributário, inclusive com os acréscimos legais de juros, multas e correção monetária, a mercadoria será liberada e entregue a quem provar ser o seu legítimo proprietário ou possuidor;

c) não havendo impugnação do auto, nem recolhimento integral, no prazo legal, do crédito tributário, será decretado o perdimento da mercadoria;

d) o perdimento será decretado também no caso de ser a impugnação julgada improcedente, em decisão final na esfera administrativa.

13 - Tornando-se definitiva a decisão que houver decretado o perdimento da mercadoria, esta será incorporada à fazenda estadual. A incorporação não exime o sujeito passivo, sempre que for possível sua identificação, da obrigação de recolher o saldo do crédito tributário devido, o qual será cobrado como dívida ativa, em processo de execução fiscal se não satisfeito administrativamente.

14 - As mercadorias apreendidas serão mantidas, até decisão definitiva, em depósitos oficiais da Coordenação da Receita do Estado (CRE), ou, na sua falta, em estabelecimentos idôneos, mediante termo de responsabilidade.

15 - Poderão também ser apreendidos livros e documentos fiscais, como prova material de infração à legislação tributária, lavrando-se termo de lacração e depósito, que será anexado ao respectivo processo.

16 - Havendo prova ou fundada suspeita de que as mercadorias, livros ou documentos se encontram em residência particular, ou em dependências de qualquer estabelecimento, a autoridade fiscal adotará as cautelas necessárias para evitar a remoção clandestina e solicitará providências para a busca e apreensão judicial, se o morador ou detentor recusar-se a fazer sua exibição.

17 - Sempre que a autoridade fiscal verificar a existência de ilícito penal, em tese, encaminhará cópia da respectiva documentação à autoridade policial.

23.ª ALTERAÇÃO

A alínea "a" do item 32 do parágrafo único do artigo 56, alterada pela Lei n.º 6.551, de 7 de junho de 1974, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 56 -

Parágrafo Único -

32 -

a) "ex-officio", de decisão favorável ao contribuinte, desde que o montante do crédito tributário julgado improcedente seja superior a 25 (vinte e cinco) ORTN do mês da lavratura do auto de infração, caso em que será formalizado mediante manifestação obrigatória da autoridade prolatora da decisão, no final desta".

24.ª ALTERAÇÃO

O artigo 58, alterado pela Lei n.º 6.757, de 22 de dezembro de 1975, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 58 - A multa prevista na alínea "a" do item 1 do § 1.º do artigo 54 será reduzida para os seguintes percentuais sobre o valor do imposto, se for paga juntamente com este, nos prazos abaixo:

I - 1% (hum por cento), no dia seguinte ao vencimento;

II - 10% (dez por cento), do segundo ao trigésimo dia após o vencimento;;

III - 20% (vinte por cento), do trigésimo primeiro ao sexagésimo dia após o vencimento;

IV - 30% (trinta por cento), do sexagésimo primeiro ao nonagésimo dia após o vencimento."

Art. 2.º - As multas já lançadas na vigência da legislação anterior passarão a ser corrigidas a partir do mês seguinte ao da entrada em vigor da presente lei.

Parágrafo único - A correção de que trata este artigo será o resultado da multiplicação do valor da multa pelo coeficiente obtido com a divisão do valor nominal reajustado de 1 (uma) ORTN no mês em que se efetivar o pagamento, pelo valor da mesma ORTN no mês seguinte ao da entrada em vigor da presente lei.

Art. 3.º - O imposto sobre produtos industrializados, nas operações com cigarros, integrará a base de cálculo do ICM, gradualmente, à razão de um terço no exercício de 1984, dois terços no exercício de 1985 e integralmente a partir do exercício de 1986.

Art. 4.º - Fica o poder Executivo autorizado a dar um dos seguintes destinos às mercadorias e bens incorporados à fazenda estadual, em virtude da decretação da pena de perdimento ou por motivo de arrematação ou adjudicação em processo de execução fiscal:

I - transferência para utilização de qualquer órgãos do Estado, em seus serviços, inclusive entidades da administração indireta;

II - cessão:

a) a outras pessoas jurídicas de direito público interno;

b) a instituições de educação ou de assistência social, reconhecidas de utilidade pública;

c) a campanhas de que o Estado participe, de socorro e atendimento a populações necessitadas;

III - venda em leilão, recolhendo-se o produto como renda eventual.

§ 1.º A cessão far-se-á sempre mediante autorização do governador do Estado ou de autoridades a quem delegar competência, a lavratura de termo em que o cessionário se comprometa a utilizar os bens cedidos em suas finalidades essenciais.

§ 2.º - Quando se tratar de mercadorias ou gêneros perecíveis ou de fácil deterioração, poderão ser imediatamente alienados, ficando o respectivo valor depositado, em sub-rogação de eventuais direitos de terceiros.

§ 3.º - O disposto neste artigo não se implica no caso de mercadorias de circulação proibida ou restrita, consideradas perigosas, insalubres ou poluentes, por leis federais ou normas sanitárias ou de segurança, hipóteses em que deverão ser destruídas ou entregues às autoridades competentes.

Art. 5.º - Os processos referentes a recursos "ex-officio", de valor inferior ao fixado na alínea "a" do item 32 do parágrafo único do artigo 56, modificado por esta lei, ainda pendentes de julgamento pelo conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais, serão restituídos à repartição de origem, considerando-se definitiva a decisão proferida na primeira instância.

Art. 6.º - As autoridades policiais do Estado prestarão as autoridades fiscais toda a assistência e colaboração que lhes for solicitada.

Art. 7.º - O secretário de Estado das Finanças baixará as instruções necessárias à execução desta lei.

Art. 8.º - é revogada a lei n.º 6.158, de 9 de outubro de 1970 e o inciso I do art. 4.º da Lei 6.364, de 29 de dezembro de 1972.

Art. 9.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, tendo eficácia a partir de 1.º de janeiro de 1984.

JUSTIFICATIVA:

Em dez anos de sua aplicação, a lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a Lei Orgânica do ICM, vem sofrendo sucessivas modificações pela necessidade de adaptar-se às circunstâncias decorrentes

das transformações que estão ocorrendo na economia e nos negócios.

2. Tais alterações estão consubstanciadas nas leis n.ºs 6.551, de 7 de junho de 1974; 6.608, de 18 de setembro de 1974, 6.757, de 22 de dezembro de 1976; 6.859, de 28 de dezembro de 1976; 7.020, de 5 de julho de 1978; 7.032, de 19 de setembro de 1978; 7.273, de 27 de dezembro de 1979; 7.558, de 23 de dezembro de 1981, além de outras.

3. Apesar de tantos diplomas legais retificativos, a lei Orgânica do ICM ainda se ressentia de falta de consistência e de uma estruturação homogênea, estando a exigir novas alterações, diante dos problemas fáticos e jurídicos que a cada dia vão surgindo.

4. Na verdade, como principal instrumento de receita do Estado, está o ICM a reclamar uma revisão profunda e integral em sua disciplina, com o duplo objetivo, por um lado, de consolidar a experiência colhida nas relações fisco-contribuinte, já amadurecida através dos tempos, e, de outra parte, de ajustar-se à dinâmica da administração tributária.

5. A propósito, o momento se mostra propício para a alteração da Lei Orgânica do ICM, tendo em vista a Emenda Constitucional recentemente aprovada e em virtude da qual as alterações não só se apresentam oportunas como mesmo indispensáveis, de forma a adequá-la à Norma Constitucional, revendo-se, inclusive, e reformulando-se alguns conceitos e institutos do tributo em causa.

6. Em razão disso, são imperativos alguns retoques na legislação vigente, retoques esses que, sem atingirem a profundidade desejada, possam contribuir para a maior operatividade e eficiência do sistema de arrecadação do Estado.

7. Acurados estudos efetuados pelos órgãos técnicos da Secretaria das Finanças indicam como inadiáveis as alterações constantes do anteprojeto de lei anexo, que visam a regular mais racionalmente determinadas relações tributárias e proporcionar à administração fiscal instrumentos adequados ao cumprimento de sua função.

8. O anteprojeto incorpora à Lei Orgânica do ICM vinte e quatro (24) alterações, aditando ainda outras disposições indispensáveis à plena funcionalidade das inovações e ao suprimento de lacunas ora existentes.

9. A 1.^a, 3.^a, 4.^a, 7.^a, 8.^a, 9.^a, 11.^a, 12.^a alterações e o artigo 2.^o do presente anteprojeto foram elaborados em razão da emenda Constitucional aprovada recentemente, e procuram adequar o texto da Lei Orgânica do Tributo Estadual às alterações determinadas pela norma constitucional, quais sejam: institui a tributação sobre a importação de bens de capital destinados a integrar o ativo fixo das empresas ou para seu consumo próprio; dispõe sobre a base de cálculo nas operações com cigarros, à qual o Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) passa a integrar de forma progressiva e proporcional; altera as alíquotas do tributo face o novo teto estabelecido em Resolução do Senado Federal, o que se impõe também, face o disposto pela Emenda Constitucional em referência quando prevê a possibilidade de diferenciação de alíquotas nas operações interestaduais realizadas com consumidor final.

10. A 2.^a alteração restabelece o § 4.^o do artigo 2.^o, que fora revogado, dando-lhe nova redação. Por esta, estabelece-se a presunção da ocorrência do fato gerador neste Estado, quando a mercadoria for encontrada sem a documentação fiscal que comprove sua origem. Sem a disposição, encontra-se o fisco desarmado para tributar a circulação de mercadorias, na situação

mencionada, por falta de previsão legal.

11. Acrescentando um parágrafo ao artigo 3.^o, da 5.^a alteração objetiva explicitar dois detalhes essenciais no caso de saída de mercadorias para o exterior. Em primeiro lugar, esclarece que será admitido como valor líquido faturado, para efeito de base de cálculo do imposto, o constante dos documentos de exportação, ressalvando ao fisco, todavia, a faculdade de recusá-lo nas hipóteses de dolo, conluio, fraude, erro ou simulação. Além disso, estabelece a regra de conversibilidade da moeda estrangeira para cruzeiros, declarando ser ela a taxa cambial efetivamente aplicada ao caso. Com isso elimina a dúvida, tão freqüente, em relação ao momento a considerar para conhecer a taxa de câmbio aplicável.

12. Pela 6.^a alteração, refunde-se inteiramente o artigo 5.^o, procurando-se fixar nitidamente a distinção nos regimes de lançamento por estimativa e por arbitramento.

13. Cada uma dessas figuras é convenientemente disciplinada, de sorte que sejam utilizadas de maneira criteriosa, por serem situações especiais ou excepcionais.

14. No caso da estimativa, são indicados os contribuintes que devem ou que podem ser enquadrados nesse regime, bem como as condições de aproveitamento ou compensação dos respectivos créditos.

15. Quanto ao arbitramento, são elencados os casos em que tem cabida. Não sendo o arbitramento de um ato arbitrário, deve seguir padrões objetivos, equilibrando os interesses do fisco e do contribuinte. Portanto, para que não fique exposto a subjetivismo, e, ao mesmo tempo possa atender às peculiaridades circunstanciais dos casos, o projeto determina que se efetue segundo critérios, modo e forma previamente estabelecidas em instruções da Secretaria das Finanças, que por sua vez observarão, no que couber, os elementos que servem para a apuração da base de cálculo nas situações normais.

16. A 10.^a alteração atualiza as regras concernentes à correção monetária dos créditos fiscais, além de deixar bem claro que também a ela estão sujeitas as multas, eliminando a dúvida dos que entendem em contrário.

17. Mantém-se como fator de correção os coeficientes de reajustamento das ORTN, seguindo-se as mesmas normas e critérios já encampados pela União e por várias unidades federadas. Outrossim, em harmonia com o artigo 151, item II, do código Tributário Nacional, fica esclarecido que a correção monetária cessa com o depósito em dinheiro do montante integral do crédito tributário. Esse depósito deverá ser efetuado na forma regulada em lei própria, a semelhança do que ocorre com o Decreto-lei federal n.º 1.737, de 20 de dezembro de 1979, de sorte a manter sempre atualizado o valor do crédito, quer seja em favor da fazenda estadual, quer seja no caso de ter de ser restituído ao contribuinte. A propósito cabe informar que a matéria está sendo objeto de projeto paralelo.

18. Para possibilitar o controle dos recolhimentos, a 13.^a alteração modifica a redação do § 2.^o do artigo 26, determinando que o pagamento do crédito tributário seja feito no órgão arrecadador da localidade onde for verificada a infração. Torna, assim, mais abrangente o dispositivo atual que só prevê as hipóteses de mercadorias em trânsito ou armazenada sem a documentação em ordem.

19. Tendo em vista que o centavo perdeu toda a sua expressão como valor de troca, a 14.^a alteração autoriza que sejam desprezadas as frações de cruzeiro no pagamento do ICM e respectivos acréscimos. É providência que além de simplificar a escrituração, faz-se necessária para evitar erros no sistema de processamento eletrônico de dados.

20. A 15.^a alteração reformula o caput do art.

54, para acrescentar a pena de apreensão e perdimento de mercadorias. Essa alteração há de ser examinada em conjunto com as alterações 21.^a e 22.^a, bem como com o disposto no art. 4.^o do anteprojeto.

21. Dispõe o art. 153, § 11.^o, parte final, da Constituição da República, que a lei disporá sobre o perdimento de bens por danos causados ao erário. Na esfera federal, a matéria está regulada pelo Decreto-lei n.^o 1.455, de 7 de abril de 1976 (arts. 23 a 31). Evidentemente cabe à lei estadual definir o que constitui dano ao erário do Estado.

22. Segundo o anteprojeto, esse dano se caracteriza quando a mercadoria for encontrada em situação irregular, devendo ser decretado seu perdimento para ressarcir a fazenda estadual pelos tributos e penalidades sobre elas incidentes.

23. Neste particular, o anteprojeto é de máxima prudência, em respeito ao direito de propriedade. Por isso, o processo de apreensão e perdimento está regulado, com muita cautela, de maneira a assegurar a mais ampla defesa, inclusive a eventuais interessados.

24. Assim, define-se, com o maior vigor, o que seja mercadoria em situação irregular, deixando de lado presunções e apoiando-se em circunstâncias puramente objetivas. E, somente após esgotados os meios de legitimação da propriedade ou posse, é que ocorrerá a incorporação da mercadoria ao patrimônio público.

25. Mas não basta incorporar. É preciso cuidar também da destinação. É o que faz o artigo 4.^o do anteprojeto, estabelecendo as diversas possibilidades de que poderá valer-se o Poder Executivo, por ato do governador do Estado ou autoridades por ele delegada. Entre as alternativas possíveis, encontram-se medidas de elevado alcance social, como, por exemplo, a cessão a instituições de educação e assistência social, bem como a campanhas de que o Estado participe, de socorro e a atendimento a populações necessitadas.

26. Em se tratando de bens perecíveis, fica autorizada a alienação imediata, como medida cautelar, sub-rogando-se no preço eventuais direitos de terceiros.

27. Idêntica solução é prevista em relação aos bens incorporados à fazenda estadual em virtude de arrematação ou adjudicação em execuções fiscais. Muitas vezes, eternizam-se os processos de cobrança da dívida ativa pelo simples fato de deixar o Estado de arrematar ou adjudicar os bens penhorados, para extinção da dívida, por não possuir meios de manter ou destinar tais bens. A fim de evitar, pois, essas situações constrangedoras, tanto para o físico, como para o contribuinte e até para o descongestionamento do Judiciário, é que se propõe tal solução.

28. As multas de que tratam os itens 9 a 13 do § 1.^o do artigo 54 da Lei n.^o 6.364, foram estabelecidas há mais de um decênio, em valores fixos. Uma simples vista d'olhos mostra que as respectivas importâncias se tornaram insignificantes, incentivando a prática de infrações de inclusive de natureza grave.

29. Seguindo o mesmo procedimento adotado pela união, a 16.^a alteração estabelece sua equivalência com as ORTN, permitindo, assim, que elas se mantenham permanentemente atualizadas.

30. As alterações 17.^a e 18.^a visam um só objetivo isto é, o de gravar a penalidade pela falta de escrituração dos livros fiscais, em obediência ao princípio de suas penas devem guardar proporcionalidade com a falta. Não é racional que o descumprimento de dever dessa natureza, que desmonta toda a base do sistema de controle e fiscalização, seja punido com multas menos severa do que outras

infrações menos graves.

31. A 19.^a alteração estipula o prazo de pagamento das multas, suprimindo omissão da legislação vigente. Duas hipóteses são consideradas: no caso de falta de recolhimento total ou parcial do imposto, o prazo é o dia seguinte ao do vencimento deste; nos demais casos, o prazo é de 30 (trinta) dias, contados do lançamento. Eliminam-se, assim, as incertezas ora existentes.

32. A 20.^a alteração tem o mesmo sentido da 16.^a e diz respeito à multa mínima, estabelecida em 4 (quatro) ORTN, o que se explica não apenas pelo custo administrativo compensatório da cobrança. Mas sobretudo, pelo caráter desestimulador que as multas devem ter.

33. Elevando para 25 (vinte e cinco) ORTN o valor da primeira alçada para os recursos "ex-officio", em decisões de primeira instância, favoráveis aos contribuintes, a 23.^a alteração também persegue a mesma diretriz racionalizadora e desburocratizante, pois se trata de controle cujo custo é evidentemente superior ao risco.

34. E, por coerência com essa medida, o art. 5.^o do anteprojeto determina que os processos nestas condições, ainda pendentes de julgamento pelo Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais, sejam desenvolvidos as repartições de origem, considerando-se definitiva as decisões já proferidas em primeira instância. Desse modo, igualmente, descongestiona a pauta de julgamento daquele colegiado.

35. Ao dar nova redação ao art. 58 da Lei n.^o 6.364, a 24.^a alteração estabelece um escalonamento mais racional para a redução das multas, desde que pagar em prazos razoáveis e sem maiores delongas. Com isso, pretende-se desestimular as discussões meramente protelatórias e incentivar a abreviação das pendências entre o fisco e os contribuintes.

36. Tendo o anteprojeto tornando explícita a correção monetária sobre as multas, poder-se-ia entender que essa providência constitui inovação e, conseqüentemente, não poderia ela incidir sobre as multas já lançadas. Para cortar quaisquer discussões que, nestes casos, a atualização se fará a partir do mês seguinte ao da entrada em vigor da nova lei.

37. A razão maior, porém, desse dispositivo é, da mesma forma, incentivar o recolhimento imediato dessas multas, proporcionando, por conseguinte, aumento da arrecadação.

38. O art. 6.^o reafirma o dever de as autoridades policiais do Estado prestarem toda a assistência e colaboração às autoridades fiscais, e o art. 7.^o determina, como convém ao sistema, que o secretário de Estado das Finanças expeça as instruções necessárias à execução das medidas introduzidas pela lei em mira.

39. Por fim, é revogada expressamente a Lei n.^{os} 6.158, de 9 de outubro de 1970, que concedia favores fiscais aos fabricantes de formol e chapas produzidas com partículas de madeiras aglomeradas e prensadas com resinas sintéticas. Essa lei já produziu os efeitos que devia e sua manutenção não mais se justifica, e revoga o inciso I do art. 4.^o da Lei 6.364 de 29 de dezembro de 1972, medida esta necessária à adequação do texto à Emenda Constitucional recentemente aprovada.

40. São estes, em resumo, os motivos embaixadores do anteprojeto de lei proposto.

Comissão de Constituição e Justiça
PARECER AO PROJETO DE LEI N.^o 249/83.

Oriundo de Mensagem Governamental de n.^o 169/83, ao projeto de lei em exame objetiva alterar dispositivos da Lei Orgânica do Imposto sobre Operações relativas à circulação de Mercadorias - ICM (Lei n.^o 6364, de 29 de

dezembro de 1972) e adotar outras providências correlatas.

A justificativa do excelentíssimo senhor secretário das Finanças enfatiza a necessidade de adaptação da Lei Orgânica do ICM às circunstâncias decorrentes das transformações que estão ocorrendo na economia e negócios, em nível nacional.

Apesar de inúmeros diplomas legais retificados e adaptativos, a Lei Orgânica do ICM ainda se ressentir de falta de consistência e de uma estruturação homogênea, exigindo, a cada passo, novas alterações para que se adapte às contingências que a cada dia vão surgindo.

Nestas condições, nada há a a obstar quanto a oportunidade da medida em exame.

No que respeita aos aspectos legais e constitucionais, verifica-se que a iniciativa da Lei de tal natureza pertence ao elenco daquelas que, por disposição expressa de Carta Magna Estadual, são de iniciativa privada do poder Executivo.

Não havendo lesão a qualquer dispositivo de natureza legal ou constitucional, o plano de lei em exame, pela importância de que se reveste, merece nossa APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR - Presidente;
CAITO QUINTANA - Relator.

Comissão de Constituição e Justiça

Voto em separado ao projeto de Lei n.º 249/83

Oriundo de Mensagem Governamental, o Projeto de Lei em exame objetiva a alteração da Lei Orgânica do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias - ICM (Lei n.º 6363, de 29 de dezembro de 1972) e a adoção de outras providências relativas à matéria.

A iniciativa governamental está em concordância com o disposto no Art. 47, da Constituição Estadual, que a inclui entre aquelas de competência exclusiva do Poder Executivo, não havendo sob este aspecto qualquer obstáculo que se lhe possa antepor.

No que respeita ao mérito, no entanto, tratando-se de assunto de mais alta relevância para os interesses do estado e tratando-se de matéria sujeita a indagações das mais variadas, pois deve atender não apenas aos interesses da arrecadação, como proteger o contribuinte dos eventuais excessos a que possa estar exposto.

Nestas condições, somos de opinião de que deva o presente Projeto ser apreciado inicialmente, apenas no que respeita à adoção das medidas provocada pela adequação à "Emenda Passos Porto", à Constituição Federal, ficando o restante para ser examinado oportunamente, ou seja, no próximo período legislativo ordinário.

Assim sendo, opinamos pelo desmembramento do presente projeto em dois, sendo que o primeiro, revestido da urgência que já lhe foi concedida, deve continuar a tramitar por esta Casa na forma do substitutivo que anexamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR - Presidente;
ANIBAL KHURY - Relator.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N.º 249/83.

Art. 1.º - A Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972, modificada pelas leis adiante mencionadas, passa a vigorar com as seguintes alterações:

1.ª ALTERAÇÃO

Acrescenta o inciso IV, ao artigo 2.º, com a seguinte redação:

Art. 2.º.....

IV - a entrada, em estabelecimento comercial, industrial

ou produtor decorrente de operação realizada por seu titular, de bens importados do exterior, destinados a consumo ou ao ativo fixo do estabelecimento.

2.ª ALTERAÇÃO

O inciso IV do artigo 3.º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3.º -

IV - no caso de entrada de mercadoria ou bens destinados a consumo ou ao ativo fixo importados do exterior, em estabelecimentos de contribuinte importador, a base de cálculo é o valor constante dos documentos de importação, convertidos em cruzeiros à taxa cambial efetivamente aplicada em cada caso, acrescido do valor dos impostos de importação e sobre produtos industrializados e das demais despesas aduaneiras efetivamente pagas, assim entendidas aquelas verificadas até o desembarque na repartição alfandegária

3.ª ALTERAÇÃO

O § 7.º do art. 3.º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3.º -

§ 7.º - O montante do imposto sobre produtos industrializados integra a base de cálculo do ICM, exceto quando a operação configure hipótese de incidência de ambos os tributos."

4.ª ALTERAÇÃO

O artigo 8.º alterado pelas Leis n.ºs 6.618, de 27 de setembro de 1974 e 6.859, de 23 de dezembro de 1976, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 8.º - São as seguintes as alíquotas do ICM, a partir de 1.º de janeiro de 1984:

I - 17 % (dezesete por cento) para as operações internas;

II - 12 % (doze por cento) para as operações interestaduais; que destinem mercadorias à comercialização ou industrialização a contribuintes estabelecidos nos Estados de Santa Catarina, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, e São Paulo.

III - 9% (nove por cento) para as operações interestaduais que destinem mercadorias à comercialização ou industrialização a contribuintes estabelecidos do Distrito Federal, nos territórios de Roraima, Fernando de Noronha e Amapá ou nos Estados do Acre, Amazonas, Pará, Maranhão, Rondônia, Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul;

IV - 17 % (dezesete por cento) para as operações interestaduais que destinem mercadorias a consumidores finais.

V - 13 % (treze por cento) para as operações de exportação;

Parágrafo Único - Consideram-se operações internas:

1. aquelas em que o remetente e o destinatário das mercadorias estejam situados no território paranaense;

2. as de entradas, em estabelecimento de contribuintes:

a) de mercadorias importadas do exterior pelo titular do estabelecimento;

b) de bens importados do exterior, destinados a consumo ou ao ativo fixo."

5.ª ALTERAÇÃO

Acrescenta o item 5, ao inciso IV do artigo 11, com a seguinte redação:

"Art. 11 -

IV -

5. o comerciante, o industrial e o produtor que promovam importação do exterior de bens destinados a consumo ou ao ativo fixo de seu estabelecimento."

6.ª ALTERAÇÃO

O inciso III e o seu item 1 do artigo 19 passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 19 —

III — pelos estabelecimentos importadores de mercadorias estrangeiras, bem como de bens destinados a consumo ou ao ativo fixo;

1. nos prazos estabelecidos em Instrução da Secretaria das Finanças.

7ª ALTERAÇÃO

O artigo 22, alterado pelas Leis nºs 6.757, de 22 de dezembro de 1972; e 7.032, de 19 de setembro de 1978, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 22 — Fica sujeito à atualização monetária o crédito tributário, inclusive o decorrente de multas, não pago nos prazos regulamentares, exceto quando garantido pelo depósito do seu montante integral em dinheiro.

§ 1º — O depósito a que se refere este artigo será regulado em lei especial.

§ 2º — A atualização monetária será o resultado da multiplicação do crédito tributário pelo coeficiente obtido com a divisão do valor nominal de uma Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional (ORTN) do mês em que se efetivar o pagamento, pelo valor da mesma Obrigação do mês em que o crédito deveria ter sido pago.”

8ª ALTERAÇÃO

O inciso IV, do artigo 26, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26 —

IV — do estabelecimento em que derem entrada as mercadorias, em decorrência das operações referidas nos incisos II e IV, do artigo 2.º.”

9ª ALTERAÇÃO

O § 5º do artigo 27, revogado pela Lei nº 7.032, de 19 de setembro de 1978, fica restabelecido com a seguinte redação:

“Art. 27 —

§ 5º — Serão desprezadas as frações de Cr\$ 1,00 (um cruzeiro), no pagamento do ICM, dos acréscimos, dos juros de mora e da correção monetária.

10ª ALTERAÇÃO

Os valores expressos nos itens 9, 10, 11, 12 e 13 do § 1º do artigo 54 passam a ter as seguintes equivalências com os valores das ORTN vigentes no mês da lavratura do auto de infração, desprezada a fração de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros).

I — item 9 = 2 (duas) ORTN, observado o mínimo estabelecido no § 3º deste artigo e o máximo de 25 (vinte e cinco) ORTN;

II — item 10 = 4 (quatro) ORTN;

III — item 11 = 7 (sete) ORTN;

IV — item 12 = 12 (doze) ORTN;

V — item 13 = 25 (vinte e cinco) ORTN.

11ª ALTERAÇÃO

O § 3º do artigo 54, alterado pelas Leis nºs 6.551, de 7 de junho de 1974, e 6.757, de 22 de dezembro de 1975, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 54 —

§ 3º — Sem prejuízo do disposto no art. 58, o valor mínimo das multas é o equivalente ao de 4 (quatro) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, em vigor na data do auto de infração, desprezada a fração de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros).

12ª — ALTERAÇÃO

O Art. 54 da Lei 6364, de 29 de dezembro de 1972, fica acrescido do seguinte parágrafo 6º.

“Art. 54 —

§ 6º — Os valores das penalidades indicadas nos itens 9, 10, 11, 12 e 13, do § 1º deste artigo serão reduzidas

em 60% (sessenta por cento), para contribuintes receita de venda anual de até 10.000 (dez mil) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTNs, tomando-se como base de cálculo o seu valor em dezembro do ano anterior.

13ª ALTERAÇÃO

A alínea “a” do item 32 do parágrafo único do artigo 56 alterada pela Lei nº 6.551, de 7 de junho de 1974, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 56 —

Parágrafo único —

32 —

a) — “ex-officio”, de decisão favorável ao contribuinte desde que o montante do crédito tributário julgado improcedente seja superior a 25 (vinte e cinco) ORTN do mês da lavratura do auto de infração, caso em que será formalizado mediante manifestação obrigatória da autoridade prolatora da decisão no final desta.”

Art. 2º — As multas já lançadas na vigência da legislação anterior passarão a ser corrigidas a partir do mês seguinte ao da entrada em vigor da presente lei.

Parágrafo único — A correção de que trata este artigo será o resultado da multiplicação do valor da multa pelo coeficiente obtido com a divisão do valor nominal de 1 (uma) ORTN do mês em que se efetivar o pagamento, pelo valor da mesma ORTN no mês seguinte ao da entrada em vigor da presente lei.

Art. 3º — O imposto sobre produtos industrializados, nas operações com cigarros, integrará a base de cálculo do ICM, gradualmente, à razão de um terço no exercício de 1984, dois terços no exercício de 1985 e integralmente a partir do exercício de 1986.

Art. 4º — Os processos referentes a recursos “ex-officio”, de valor inferior ao fixado na alínea “a” do item 32 do parágrafo único do artigo 56, modificado por esta lei, ainda pendentes de julgamento pelo Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais, serão restituídos à repartição de origem, considerando-se definitiva a decisão proferida na primeira instância.

Art. 5º — O Secretário de Estado das Finanças baixará as instruções necessárias à execução desta lei.

Art. 6º — São revogados a Lei nº 6.158, de 09 de outubro de 1970 e o inciso I do art. 4º da Lei 6.364, de 29 de dezembro de 1972.

Art. 7º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, tendo eficácia a partir de 1º de janeiro de 1984.

VOTO EM SEPARADO

AO PROJETO DE LEI Nº 249/83

Estranho e lamento que matéria de relevância do presente Projeto de Lei seja encaminhada a este Poder para que no prazo de quinze dias, apenas, ser passada por todas as Comissões permanentes, que legalmente devem analisá-la, e também pelo Plenário deste Poder, quando que assunto desta natureza que é tributar o comércio, a indústria e a agricultura do nosso Estado, onerando os Consumidores num momento de crise econômica quase insuportável, no meu entender deveria e deve ser colocado para amplo debate entre os políticos, a indústria, o comércio e os consumidores, pois assim estaríamos praticando a democracia participativa tão apregoada. Porém, devido a falta total de tempo necessário para um melhor estudo, limito-me a dizer que quanto ao aspecto constitucional da matéria, não há o que discutir, entretanto no aspecto de justiça, devemos, em plenário, apresentar emendas que sejam compatíveis com a realidade do povo paranaense, no momento.

Sala das Comissões, em

(a) AUGUSTO CARNEIRO

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei nº 249/83

O projeto de lei nº 249/83 originou-se de Mensagem Governamental e tem como finalidade alterar a Lei Orgânica Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias - ICM.

Exaustivamente analisado pela Comissão de Constituição e Justiça, que opinou pela sua aprovação na prova do substitutivo que ora analisamos, concluiu-se que o projeto não fere qualquer dispositivo de ordem constitucional ou legal, cabendo-nos agora opinar sobre o seu aspecto financeiro.

A adequação da legislação do ICM à nova realidade nacional é, com efeito, medida de mais alta prioridade para o bom andamento da administração pública, não havendo quanto a este aspecto, nada que se possa obstar.

Examinando os aspectos práticos da emenda aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça, quer nos parecer, no entanto que para maior clareza, que deve ser o objetivo fundamental de qualquer legislador, somos obrigados a apresentar a emenda anexa, que fixa os prazos para os pagamentos das multas previstas e melhoria a redação.

Nestas condições, somos pela aprovação.

Sala das Comissões, em 15 de dezembro de 1983.

(aa) ERVIN BONKOSKI - Presidente
ANTONIO ANNIBELLI - Relator

EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 249/83

I - Inclua-se onde couber:

ALTERAÇÃO Nº

O § 2º do art. 54, revogado pela Lei nº 6.757, de 22 de dezembro de 1975, fica restabelecido com a seguinte redação:

"Art. 54 -

§ 2º - O prazo para pagamento das multas previstas neste artigo será:

I - o dia seguinte ao do vencimento do imposto, nas hipóteses do item 1 do parágrafo anterior, obedecidas as reduções concedidas pelo artigo 58;

II - 30 (trinta) dias contados da data da intimação do lançamento, nas demais hipóteses."

II - Na sétima alteração, ao se alterar o § 2º, do Art. 22, da Lei nº 6364/72, de 29 de dezembro de 1972, exclua-se a expressão "nominal".

III - No parágrafo único do Art. 2º do presente projeto, exclua-se a expressão "nominal".

Sala das Comissões, em 15 de dezembro de 1983.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

COMISSÃO DE AGRICULTURA

Parecer ao Projeto de Lei nº 249/83

Mensagem Governamental nº 169/83, encaminha a esta Casa anteprojeto de lei que procura adequar a legislação referente ao Imposto de Circulação de Mercadorias - ICM à nova realidade nacional.

A matéria foi objeto de exame de outras comissões deste Poder Legislativo, tendo obtido parecer favorável, com emendas.

Quer nos parecer, na realidade, que o assunto é de grande complexidade, merecendo um estudo mais aprofundado, motivo pelo qual concordamos com a emenda apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, que desdobra o projeto original em duas proposições, sendo que uma continua requerendo o tratamento de urgência já aprovado, ficando o restante para ser analisado em outra oportunidade.

Nota-se do parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que não foi ferido qualquer dispositivo legal ou constitucional.

No que respeita a esta Comissão de Agricultura, ao se levar em conta que o meio rural, sem qualquer dúvida, será uma fonte bastante importante de arrecadação do ICM pelo Estado, quer nos parecer que seria da maior justiça que o Poder Executivo dedicasse o aumento da arrecadação proveniente da aplicação desta lei em obras que viessem a beneficiar diretamente a produção agropecuária do Estado, que é, inegavelmente nossa maior fonte de riquezas.

Nestas condições, somos pela aprovação.

Sala das Comissões, em 15 de dezembro de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI - Presidente e Relator

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Para discutir.

(Assentimento) Sr. presidente, srs. deputados.

Estamos votando neste período extraordinário e, consequentemente curto, para uma análise mais detalhada das Mensagens governamentais, um verdadeiro pacote do regime do PMDB no Paraná.

Se o PMDB a nível nacional luta contra o decurso de prazo, sua excelência o governador José Richa, dá mais uma demonstração de sua suposta habilidade política para encaminhar num prazo exíguo, matérias tão importantes como as que esta Casa está a votar hoje. É só passar os olhos, sr. presidente, srs. deputados, pelas matérias já votadas e pelas que iremos votar, para verificar que se o Governo do PMDB não usa o decurso de prazo, a sua estratégia, é fazer as alterações fundamentais com profundos reflexos na vida econômica do Paraná, através da convocação extraordinária.

Autorizou-se empréstimo de 104 milhões de dólares para a Copel, alterações pertinentes à taxa judiciária, elevando-a a patamares nunca antes alcançados na administração pública. Empréstimos para cobrir o déficit orçamentário, empréstimo, sr. presidente e srs. deputados, não com retorno, como os empréstimos que o PDS fez aprovar aqui, para executar, por exemplo, o programa rodoviário. Mas, empréstimo, sr. presidente e srs. deputados, para cobrir as despesas com as verbas de representação dos gabinetes dos srs. Secretários que subiram, em alguns casos, oitocentos a mil por cento.

A par disso, autoriza algumas alterações na Lei de promoções dos funcionários militares do Estado do Paraná e aumenta, neste Governo, que aumenta mais do que o custo de vida o custo dos serviços públicos, também o custo daqueles serviços que o cidadão precisa recorrer em busca da sua segurança pessoal, familiar. E agora, como 11º item, vamos votar a proposta de alteração da lei orgânica e ICM que empresários e trabalhadores já disseram que é uma verdadeira ditadura fiscal do sr. Erasmo Garanhão.

Aqui mesmo nesta Casa depoimentos de empresários e de trabalhadores atestaram que esta emenda não interessa aos maiores interesses do Paraná. Mas não fica apenas no aumento da alíquota. Vai mais além a fobia, o desejo incontido do sr. Erasmo Garanhão, em se tornar o poderoso chefe das finanças públicas do Estado do Paraná.

Aumenta as multas moratórias, estabelece, ele que faz parte de um governo dito democrático, a perda da mercadoria, a multa por um equívoco qualquer numa nota ou num livro fiscal que um pequeno empresário tenha que apresentar ao Estado, lá está a estrutura do todo poderoso Erasmo Garanhão para açambarcar parte do fruto do trabalho dos comerciantes, dos industriais, dos homens que contribuem com o seu imposto suado, sofrido, para a manutenção dos serviços públicos do Estado.

É matéria, sr. presidente e srs. deputados, relevante, que provocará reflexos na economia estadual, com graves repercussões sociais, bastando acentuar que o aumento de um por cento representa retirar do bolso de sete milhões,

seiscentos e vinte e nove mil contribuintes paranaenses, nada menos do que dezessete bilhões de cruzeiros no ano vindouro.

São recursos que passarão do bolso do povo para os cofres públicos. O aumento do ICM refletirá negativamente na economia, diminuindo a capacidade de compra da população paranaense, de consumo de circulação de produtos, refletindo dessa forma no já precário nível de vida de nossas populações. Some-se a isso a anunciada retirada total dos subsídios aos lavradores que atingirá duramente os paranaenses, produtores agrícolas por excelência, e culpe-se aqui, sr. presidente e srs. deputados o Governo Federal, que demonstra a sua insensibilidade mais uma vez para com os problemas da agricultura do nosso País. A eliminação desses subsídios afetará em muito o preço dos alimentos que atingidos pelo aumento do ICM proposto pelo regime do sr. Richa, vão raiar muito mais na pobre mesa da larga maioria do povo paranaense.

Causa estranheza e espécie que o Regime do PMDB no Paraná se mantenha insensível as repercussões altamente negativas da iniciativa proposta pelo Governador Richa, como também se manteve indiferente aos argumentos do empresariado do nosso Estado e que a realidade está a demonstrar que se desaconselha tal procedimento que agravará a recessão. e os efeitos negativos sobre o nível de emprego.

Com essa medida, cuja origem é a administração do Secretário das Finanças, Erasmo Garanhão, o regime estadual está penalizando toda a população paranaense e em especial a classe trabalhadora que enfrentará uma nova, terrível onda de dificuldades. A tecnocracia do PMDB não deseja ouvir os clamores populares. Ela está apenas empenhada numa verdadeira guerra fiscal para esmagar o comércio, a indústria, os trabalhadores, enfim esmagar o povo.

Num recente encontro realizado nesta Assembléia, participaram representantes da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, Federação das Associações Comerciais; Federação do Comércio; Federação do Comércio Varejista; Federação das Indústrias, Federação dos Trabalhadores do Comércio; Federação dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação, na de Construção e do Mobiliário e a organização das cooperativas do Estado do Paraná.

Na conclusão dos debates que, inclusive contaram com a participação de eminentes deputados do PMDB, ficou patentado de que a nossa população está sendo estrangulada pela voragem fiscal que atinge por todos os lados, gerando uma tremenda injustiça social. A opinião pública está estarecida com essa proposta de aumento, de ICM, pois que os autores da iniciativa, como o Governador do Estado, sr. José Kalil Richa e o Secretário das Finanças Erasmo Garanhão e os que apoiam o aumento são exatamente aqueles que até antes de assumirem o Governo do Estado mantinham posição de combate contra a sobrecarga fiscal.

E hoje, decorridos apenas nove meses de poder público, mudam radicalmente de posição decepcionando o povo paranaense.

Pasme, sr. presidente e srs. deputados, na conceituada revista Panorama deste mês, há declarações categóricas do sr. Erasmo Garanhão, de que era contra o aumento da alíquota do ICM. Tenho aqui a revista, e os srs. parlamentares devem ter podido ler as declarações textuais do sr. Secretário, de que seria um dado negativo para a economia paranaense e para o sofrido povo o aumento da alíquota de ICM.

Que metamorfose, sr. presidente e srs. deputados. Rapidamente, após o Governo do Estado já se beneficiar dos efeitos decorrentes da "Emenda Passos Porto", o Secretário Erasmo Garanhão muda de procedimento de uma semana para outra e passa a enviar a este Poder a Mensagem que, há uma semana atrás, ele afirmara que ia causar danos à economia do Paraná.

Diante disso, senhor presidente, senhores deputados,

diante de mais este fracasso do Governo Richa e do regime do senhor Erasmo Garanhão do PMDB, diante dessa nova traição aos solenes compromissos assumidos com o povo desta terra pelos traidores eleitorais que se encastelaram no Palácio Iguaçu, desejo declarar a vossas excelências a posição da nossa bancada de deputados estaduais do PDS em torno dessa questão de grande interesse para a vida do nosso Paraná, e que está consubstanciada nos seguintes itens:

O PDS paranaense sempre foi a favor da adoção de uma reforma tributária de maneira que o valor total da carga fiscal que o povo brasileiro hoje paga não fosse aumentado e sim redistribuída, reduzindo a parcela do Governo Federal e aumentando as dos Governos Estaduais e Municipais.

Por esta razão, o PDS apoia a chamada "Emenda Passos Porto", promulgada em 05 de dezembro de 1983, que representa um substancial reforço nas arrecadações dos Estados e Municípios.

No dia primeiro de dezembro, o Senado Federal aprovou autorização para que os Estados pudessem elevar a alíquota do ICM dos dezesseis por cento atuais para o limite de até dezessete por cento.

Dessa forma, os Governos Estaduais poderão elevar as alíquotas de ICM, mas não obrigados a proceder tal elevação.

Conforme os estudos elaborados pelo PDS — e registro aqui a participação denodada, estuista e inteligente dos companheiros de bancada que estudaram este assunto, como o eminente deputado Augusto Carneiro, que esteve permanentemente reunido com os órgãos interesses nesse Estado, o presidente da Comissão de Indústria e Comércio, deputado Péricles Pacheco, deputado Ivan Gubert, o deputado Basílio Zanusso e os deputados que se pronunciaram a esse respeito como o deputado Erondy Silvério e outros companheiros de bancada.

A opinião dos melhores especialistas em economia à elevação das alíquotas de ICM trará mais inflação e mais recessão, conseqüentemente, maior índice de desemprego e aumento de preços.

O Governo do Paraná tem uma ótima situação orçamentária e com a aprovação da Emenda Passos Porto, recebeu um grande reforço financeiro, não necessitando portanto de novos recursos para garantir a sobrevivência de suas finanças estaduais.

Se o Paraná, sr. presidente, srs. deputados, adotar a atitude inteligente de não elevar as alíquotas, provocará uma grande dinamização de sua economia, reduzindo o índice de desemprego. Entretanto, se ocorrer a aprovação pela Assembléia Legislativa da mensagem enviada pelo Governador do Estado, aumentando o referido imposto, estará sendo cometido um atentado contra a economia e, especialmente, contra os mais pobres e mais fracos da gente da sociedade paranaense.

A bancada de deputados do PDS manifesta a sua estranheza e o seu repúdio quanto à posição demagógica do Governo Estadual que diz ser contra a elevação do ICM e, neste mesmo momento, cara dura, envia um pedido à Assembléia Legislativa para aumentar este imposto. Pelas razões que enumeramos, a bancada de deputados do PDS declara a esta Casa e proclama ao povo do Paraná a sua posição contrária à elevação do ICM e que votará contra a proposta do sr. Governador do Estado.

Aí está, sr. presidente, nobres srs. deputados, a manifestação consciente de homens compenetrados de suas responsabilidades perante os graves problemas de nosso Estado e da sua população. Manifestação de homens coerentes com o seu passado, de defesa intransigente do progresso econômico e social com justiça, de luta para criação de novos empregos, de trabalho incessante para

melhorar as condições de vida de nosso povo, de atuação para que este Poder Legislativo corresponda aos anseios e aspirações de nossa gente.

De respeito de cumprimento aos compromissos assumidos com o eleitorado deste Estado.

Manifestação de homens honrados e responsáveis no desempenho do mandato parlamentar. Homens como os homens deputados do PDS, que cumprem a palavra empenhada. Homens que consideram que vale a pena trabalhar pelas causas coletivas.

Proceder ao contrário, aprovando o aumento da alíquota do povo, retirando do bolso do pobre sofrido recurso que vai faltar para comprar o pão, o leite, o arroz e o feijão, será desonrar os compromissos assumidos perante o povo do Paraná, impondo-lhe sacrifícios, comprovando desta forma que a palavra não merece fé e que a atuação no Poder não merece confiança.

Portanto, nobres deputados, honremos nossos mandatos, rejeitando a mensagem do Governador José Kalil Richa, porque ela é contrária aos melhores interesses do povo do Paraná.
— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está em discussão o Projeto de Lei 249/83. — Em votação. — Aprovado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Pela ordem, concedo a palavra ao sr. deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Para registrar que a bancada do PDS, para solicitar a vossa excelência, que faça constar dos Anais desta Casa, que a bancada do PDS, a totalidade dos seus membros, votou contra o aumento proposto por sua excelência o Governador.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra, pela ordem, ao sr. deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Igualmente, sr. presidente, por se tratar de lei complementar, pediria que vossa excelência sem verificação de votação, fizesse constar de que existe número para aprovação regimental da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está aprovado por maioria absoluta.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 250/83, de autoria do Poder Executivo, (Mensagem nº 165/83) que fixa o Módulo Unitário do Valor de Referência de Custas, de que trata o Art. 16, da Lei nº 7.567, de 08/01/82, e dá outras providências. Com pareceres FAVORÁVEIS da CCJ e CF por unanimidade. — Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 250/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1º — O módulo unitário do Valor de Referência de Custas, de que trata o artigo 16 da Lei nº 7.567, de 08 de janeiro de 1982, fica fixado em Cr\$ 16.000,00 (dezesesseis mil cruzeiros), a partir de 1º de janeiro de 1984.

Art. 2º — Sobre todos os atos sujeitos à contribuição para a Carteira de Previdência Complementar (CPC), será cobrada uma taxa adicional, correspondente a 20% (vinte por cento) sobre o valor das respectivas custas, cuja arrecadação será destinada ao Fundo Penitenciário, criado pela Lei nº 4.955, de 13 de novembro de 1964, definindo-se forma de recolhimento através de ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 3º — Esta lei entrará em vigor na data de sua

publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 250/83

O presente Plano de Lei, oriundo de Mensagem Governamental nº 165/83, objetiva fixar em Cr\$ 16.000,00 (dezesesseis mil cruzeiros), o módulo unitário do valor de Referência de Custas, de que trata o Art. 16 da Lei nº 7.567, de 08 de janeiro de 1982, bem como, propõe a cobrança de uma taxa adicional, sobre o valor das custas, para ser destinada ao Fundo Penitenciário, criado pela Lei nº 4.955, de 13 de novembro de 1964.

Com efeito, subordina-se a matéria à iniciativa do chefe do Poder Executivo (artigos 25 e 47 da Carta Magna Estadual), conformando-se, desse modo, o processo às exigências de ordem Constitucional e regimental.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de dezembro de 1983.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR

Presidente e Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei nº 250/83

O presente Plano de Lei, oriundo da Mensagem nº 165/83, do excelentíssimo senhor Governador do Estado, que objetiva fixar o módulo unitário do Valor de Referência de Custas e adota outras providências.

Sobre a constitucionalidade e legalidade da matéria, houve o parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Sobre o aspecto financeiro a que chamada a opinar esta Comissão, temos que, sem dúvida alguma, a mesma virá a atender os interesses do Poder Judiciário e de nosso Estado.

Com isso, está plenamente justificado a medida proposta no Projeto, razão pela qual, opinamos favoravelmente à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 16 de dezembro de 1983.

(a) ERVIN BONKOSKI — Presidente e Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar nº 256/83, de autoria do Poder Executivo (mensagem nº 173/83), que objetiva alterar dispositivos da Lei Complementar nº 1, de 02/08/72, que instituiu o Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais (CCRF). Com pareceres FAVORÁVEIS da CCJ e CF, por unanimidade. — Aprovado por unanimidade.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 256/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º — A Lei Complementar nº 1, de 02 de agosto de 1972, que instituiu o Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais (CCRF) passa a vigorar com as seguintes alterações:

ALTERAÇÃO 1ª

A cabeça do art. 6º e o seu § 1º passam a vigor com a seguinte redação:

“Art. 6º — O Corpo Deliberativo do CCRF poderá funcionar de forma plena ou em câmaras, garantida sempre a participação paritária.”

§ 1º — O Corpo Deliberativo decidirá por maioria de votos, cabendo ao presidente apenas o voto de desempate.”

ALTERAÇÃO 2ª

O parágrafo único do art. 7º passa a vigor com a seguinte redação:

“Parágrafo único — As férias serão concedidas pelo

plenário ao presidente e por este aos demais membros do CCRF."

ALTERAÇÃO 3ª

O inciso III do artigo 11 passa a vigor com a seguinte redação:

"III — interpor recurso de reconsideração e recorrer à última instância nos casos de decisão não unânimes contrárias à Fazenda Pública proferidas em tais recursos."

ALTERAÇÃO 4ª

O parágrafo único do art. 16 passa a vigor com a seguinte redação:

"Parágrafo único — Quando for requerida, no recurso, sustentação oral, será publicada pauta no D.O.E., com antecedência mínima de 10 dias da data do julgamento, a qual conterá:

- a) número do protocolo;
- b) nome do contribuinte;
- c) nome do procurador do contribuinte, se houver;
- d) nome do relator;
- e) local, data e hora da sessão.

ALTERAÇÃO 5ª

Os incisos V e VII do art. 22 passam a vigor com a seguinte redação:

"V — O funcionamento das câmaras e das câmaras reunidas;"

"VII — Estabelecer o procedimento do recurso de reconsideração e dos pedidos de esclarecimento sobre o alcance dos acórdãos."

ALTERAÇÃO 6ª

O art. 24 passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 24 — O recurso de reconsideração, da decisão tomada por maioria de votos, poderá ser interposto pela parte vencida, no prazo de 30 dias contados da data da publicação do acórdão no Diário Oficial do Estado."

"Parágrafo único — Será igualmente garantido recurso de reconsideração quando a decisão de uma das câmaras de julgamento for divergente da tomada por outra ou pelo Pleno."

ALTERAÇÃO 7ª

O art. 25 passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 25 — O recurso à última instância, de decisões não unânimes e contrárias à Fazenda Estadual, caberá aos representantes da Secretaria de Estado das Finanças, no prazo de quinze dias contados da data da publicação do acórdão no Diário Oficial do Estado."

§ 1º — Antes de encaminhar o recurso indicado neste artigo à autoridade julgadora, o CCRF abrirá vista do processo ao contribuinte pelo prazo de cinco dias, para que se manifeste sobre as razões apresentadas pela Recorrente.

§ 2º — As normas complementares sobre o rito do recurso, previsto neste artigo, serão fixadas em decreto do Poder Executivo.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando substituídas, na Lei Complementar nº 1, de 02 de agosto de 1972, as seguintes expressões:

I — Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, por Secretaria de Estado das Finanças;

II — Secretário da Fazenda, por Secretário de Estado das Finanças;

III — Departamento de Rendas Internas, por Coordenação da Receita do Estado.

Curitiba, em

(a) PODER EXECUTIVO

JUSTIFICATIVA:

O presente anteprojeto, ao alterar disposições da Lei Complementar nº 1, de 2 de agosto de 1972, que dispõe sobre o Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais, visa à dinamização de seu funcionamento.

Basicamente, traz a possibilidade ao Conselho de funcionar em câmaras, se assim o obrigar a necessidade de acelerar os julgamentos, em função do elevado número de processos.

Tal alteração propicia, com o mesmo número de vogais, o julgamento de maior quantidade de processos sem acréscimo de despesa.

Institui ainda, o anteprojeto, o recurso de reconsideração ao próprio CCRF, para ambas as partes eventualmente vencidas, sejam os contribuintes ou a Fazenda Pública. O julgamento do recurso competirá ao corpo deliberativo pleno, assim entendido a totalidade dos vogais integrantes das câmaras.

Como inovação instituiu-se a possibilidade de que, via recurso de reconsideração, se obtenha a uniformização da jurisprudência no caso de divergência entre as decisões das respectivas câmaras ou entre as decisões destas com as do corpo deliberativo pleno.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 256/83

O presente Projeto de Lei Complementar, oriundo da Mensagem Governamental tem por finalidade alterar dispositivos da Lei Complementar nº 1 de 2/08/72, que institui o Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais (CCRF).

A medida proposta, segundo a justificativa apresentada através da mensagem 173/83, virá propiciar melhor agilização no julgamento dos processos afetos ao Conselho de Contribuintes, bem como instituir o recurso de reconsideração ao próprio CCRF.

Legal e constitucionalmente a matéria não encontra qualquer óbice que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa, já que nos termos constitucionais a iniciativa de Leis que dispunham sobre matéria financeira é de competência exclusiva do chefe do Poder Executivo (arts. 25, letra "a", e 47, inciso I da Constituição do Estado).

Nestas condições, o nosso parecer é favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de dezembro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR - Presidente
ERVIN BONKOSKI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 256/83

O presente Plano de Lei, oriundo de Mensagem Governamental, tem por escopo alterar dispositivos da Lei Complementar nº 01, de 02/08/83, que instituiu o Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais (CCRF).

Analisando a iniciativa conforme as atribuições desta Comissão, observamos que não ocorrerá aumento de despesa pública se aplicadas as novas normas, conforme informação da Secretaria de Finanças na justificativa que acompanha o anteprojeto.

Assim, o parecer é pela aprovação.

SMJ.

Sala das Comissões, em 15 de dezembro de 1983.

(aa) ERVIN BONKOSKI — Presidente
EZEQUIAS LOSSO — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 257/83, de autoria do Poder Executivo (Mensagem nº 174/83) que transforma em autarquia, vinculada à Secretaria de Segurança Pública, o Departamento Estadual de Trânsito (Detran), atualmente órgão da administração direta, conforme especifica. Com pareceres FAVORÁVEIS da CCJ e CSP, por unanimidade.

— Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 257/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

CAPÍTULO I

DA NATUREZA, FINALIDADE E SEDE

Art. 1º — Fica o Departamento de Trânsito - Detran, órgão da Secretaria de Estado da Segurança Pública, transformado em autarquia, a esta vinculada, com personalidade de direito público e autonomia administrativa, financeira e patrimonial, mantida a mesma denominação.

Art. 2º — O Detran terá sede e foro nesta cidade de Curitiba e competência em todo o território do Estado do Paraná, e gozará dos mesmos privilégios reconhecidos à Fazenda Pública.

Art. 3º — O Detran tem por finalidade o planejamento, coordenação, fiscalização, controle e execução da política de trânsito no âmbito da competência que lhe é própria.

Art. 4º — No desempenho de suas atividades compete ao Detran:

- I — Cumprir e fazer cumprir a legislação de trânsito.
- II — Relacionar-se com os órgãos de trânsito da União, Estados, Territórios e Municípios, para obtenção de recíproca cooperação.
- III — Decidir sobre a utilização das vias urbanas para fins desportivos, respeitada a autonomia municipal.
- IV — Processar a arrecadação de taxas e multas.
- V — Realizar todos os atos relativos ao controle de:
 - a) veículos automotores;
 - b) Condutores de veículos automotores;
 - c) pessoas autorizadas à formação de condutores de veículos automotores;
 - d) pessoas autorizadas a comprar, vender, recuperar, reformar ou desmontar veículos automotores.
- VI — Realizar perícia de acidentes de veículos automotores, ocorridos nas vias urbanas, elaborando o respectivo laudo.
- VII — Vistoriar, registrar e emplacar veículos, expedindo os respectivos certificados.
- VIII — Arrecadar as multas aplicadas por infração às regras de trânsito.
- IX — Elaborar a estatística de trânsito.
- X — Realizar outras atividades, pertinentes ou implícitas nas suas finalidades.

CAPÍTULO II

DA RECEITA

Art. 5º — Constituirão receita do Detran:

- I — Dotações que lhe forem atribuídas pelo Estado em seus orçamentos anuais;
- II — O produto da cobrança das taxas pelo exercício do Poder de Polícia - Segurança Pública — Atos do Detran;
- III — Produto de operações de crédito realizadas pela autarquia;
- IV — Os recursos provenientes de serviços prestados;
- V — O produto da receita patrimonial da autarquia;
- VI — Receitas oriundas da alienação de equipamentos ou materiais inservíveis;
- VII — Auxílios, subvenções ou dotações federais, municipais ou privadas, oriundas de convênios, convenções e/ou acordos celebrados pelo Detran;
- VIII — Outras rendas eventuais ou extraordinárias.

Art. 6º — A receita do Detran será aplicada exclusivamente em seus serviços e objetivando a realização de suas finalidades, de conformidade com o orçamento anual aprovado.

Art. 7º — Toda receita do Detran será contabilizada e obrigatoriamente, recolhida no Banco do Estado do Paraná S.A.

Parágrafo único — Excetua-se do disposto neste artigo as rendas decorrentes de convênios, convenções, contratos ou acordos, cujos termos determinem o recolhimento em outra instituição bancária, observadas as demais normas sobre

a matéria.

CAPÍTULO III

DO PATRIMÔNIO

Art. 8º — O patrimônio do Detran será constituído de todos os bens móveis ou imóveis pertencentes ao Estado que no momento da vigência desta lei estejam sendo utilizados pelo atual Departamento Estadual de Trânsito, bem como de outros bens que lhe forem destinados e dos que venha a adquirir.

Art. 9º — O patrimônio do Detran será empregado, exclusivamente, na consecução de suas finalidades.

CAPÍTULO IV

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS

Art. 10 — A estrutura administrativa do Detran compreende os seguintes órgãos:

- I — Conselho de Administração, como órgão deliberativo, de definição normativa superior.
 - II — Direção Geral, como órgão de direção superior.
 - III — Coordenadorias, como órgãos de execução.
- Art. 11 — O Conselho de Administração, órgão colegiado, será constituído de cinco membros, à saber:
- I — O Secretário de Estado da Segurança Pública.
 - II — O Secretário de Estado das Finanças.
 - III — O Secretário de Estado da Administração.
 - IV — O Secretário de Estado dos Transportes.
 - V — O Diretor Geral do Detran.

Parágrafo único — O Diretor Geral do Detran integrará o Conselho de Administração como seu Secretário Executivo, cabendo-lhe, nesta função, a implantação das decisões e deliberações do órgão.

Art. 12 — Ao Conselho de Administração cabe:

- I — O exame prévio de:
 - a) planos e programas de trabalho, bem como orçamento de despesas e de investimentos e suas alterações significativas;
 - b) intenções de contratação de empréstimos e outras operações que resultem em endividamento;
 - c) atos de organização que introduzam alterações de substância no modelo organizacional formal da entidade;
 - d) tarifas e tabelas relativas a serviços, produtos e operações de interesse público;
 - e) programas e campanhas de divulgação e publicidade;
 - f) atos de desapropriação e de alienação;
 - g) balanços e demonstrativos de prestação de contas e aplicação de recursos orçamentários e extra-orçamentários.
- II — Promover o controle contábil e de legitimidade, através de auditoria de periodicidade e incidência variáveis, sobre os atos administrativos relacionados com despesas, receita, patrimônio, pessoal e material.

Art. 13 — Ao Diretor Geral do Detran cabe a supervisão, a coordenação geral e a direção geral da autarquia, competindo-lhe:

- I — Administrar o Detran e representá-lo ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente.
- II — Encaminhar anualmente ao Tribunal de Contas, a prestação de contas de sua gestão, de conformidade com a legislação em vigor.
- III — Delegar atribuições de sua competência específica, respeitadas as exigências legais.
- IV — Coordenar a elaboração da programação definida pela Secretaria de Estado da Segurança Pública a ser executada pelo Detran, referente à proposta orçamentária anual e as alterações e ajustamentos que se fizerem necessários, submetendo-os à aprovação do Conselho de Administração.
- V — Admitir e demitir os servidores sujeitos ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho.
- VI — Praticar os atos relativos a pessoal nos termos da legislação em vigor.

VII — Fazer indicações ao Secretário de Estado da Segurança Pública para provimento de Cargos em Comissão, no âmbito do Detran.

VIII — Autorizar a instalação de processos de licitação, bem como dispensar licitações nos casos previstos em lei e homologar seus resultados.

IX — Determinar a instauração de processos administrativos.

X — Cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho de Administração.

XI — Desempenhar outras tarefas compatíveis com a posição.

Art. 14 — Nas suas faltas e impedimentos, o Diretor Geral do Detran será substituído por ocupante de cargo de chefia de órgão de direção ou de execução do Detran.

Art. 15 — As Coordenadorias são órgãos de coordenação setorial, e de direção superior na área de sua competência específica.

Art. 16 — Ficam criados dezessete Centros Regionais de Trânsito - CRT, os quais terão sob sua subordinação setenta e quatro Circunscrições Regionais de Trânsito - Ciretran.

Parágrafo único — Os Centros Regionais de Trânsito serão localizados em cidades-pólo regionais, através de decreto do chefe do Poder Executivo.

CAPÍTULO V

DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS E INFRAÇÕES

Art. 17 — Funcionário no Detran juntas Administrativas de Recursos e Infrações - JARI, com competência para conhecer e julgar os recursos de decisões do Diretor Geral, na forma e nos casos previstos pelo Código Nacional de Trânsito e seu regulamento.

Parágrafo único — A Junta Administrativa de Recursos e Infrações funcionará de acordo com o regulamento do Código Nacional de Trânsito, e de como dispuser o seu regulamento próprio.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 18 — O regime jurídico do pessoal do Detran, ressalvados os cargos em comissão, será o da Consolidação das Leis do Trabalho, e as normas de gestão de Recursos Humanos as adotadas pelo Poder Executivo.

Art. 19 — Os servidores da Secretaria de Estado da Segurança Pública, contratados pelo regime C.L.T., lotados no Detran, poderão optar pelo aproveitamento funcional na

autarquia criada por esta lei, sem interrupção do vínculo de emprego.

Art. 20 — Ficam extintos os cargos em Comissão constantes da estrutura do Departamento Estadual de Trânsito, ora transformado em autarquia.

Art. 21 — Junto ao Detran poderão ser credenciadas entidades de direito privado ou pessoas físicas para a atividade de auto escola e de despachante de trânsito.

Art. 22 — A Polícia Militar do Estado do Paraná, através de seus órgãos específicos, prestará efetiva colaboração ao Detran, nos serviços de fiscalização e orientação do trânsito.

Parágrafo único — O Detran-PR e a Polícia Militar do Estado do Paraná poderão celebrar convênios disciplinando a extensão, natureza e condições da colaboração a ser prestada na forma deste artigo.

Art. 23 — A Polícia Civil, através de seus órgãos específicos, prestará efetiva colaboração ao Detran nos serviços de polícia judiciária.

Art. 24 — O Detran-PR poderá celebrar convênios com órgãos e entidades da administração pública, direta e indireta, ou privadas visando à execução de suas finalidades.

Art. 25 — As taxas de serviços a serem cobrados pelo Detran são fixadas e pelo Anexo I, desta Lei.

Parágrafo único — Não se aplicam ao Detran os dispositivos e atos complementares referentes a cobrança de taxas previstos na Lei 7257, de 30 de novembro de 1979.

Art. 26 — Ficam criados os cargos em Comissão previstos no Anexo II desta Lei.

Art. 27 — Ficam excluídas as taxas de serviços constantes da receita do Detran-PR, na formação de recursos do Fundo de Reequipamento do Trânsito - Funrestran, criado pela Lei nº 6.264, de 10 de janeiro de 1972.

Art. 28 — Dentro do prazo de 90 (noventa) dias, contados po vigência desta Lei, o Chefe do Poder Executivo, por Decreto, aprovará o Regulamento, que disporá sobre a estrutura, competência, denominação e quantificação dos órgãos que compõem o Detran, bem como o quadro numérico de pessoal e funções gratificadas.

Art. 29 — Fica o Governador do Estado autorizado a abrir um crédito especial no valor de Cr\$ 1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de cruzeiros) destinado ao custeio da implantação da autarquia.

Art. 30 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) PODER EXECUTIVO

ANEXO I (art. 25)
TAXA DE SERVIÇOS DO DETRAN - PR

FATO GERADOR	% sobre o valor de referência regional
1 – Taxas de Habilitação: 1.1 Habilitação 1ª via 1.2 Renovação de Exames – 2ª 1.3 Reteste 1.4 Mudança de Categoria 1.5 Carteira de Aprendizagem 1.6 Beneficiário Art. 145 R.C.N.T. 1.7 Junta Médica Especial	80 60 20 20 20 40 40
2 – Exames Técnicos para fins Pedagógicos	80
3 – Registro de Escola de Formação de Condutores	100
4 – Renovação Anual de Escola de Formação de Condutores	80
5 – Averbação ou Registro de C.N.H.	20
6 – Certidão Negativa de C.N.H.	20
7 – Expedição ou Caixa de Ficha Matrícula	10
8 – Expedição de 2ª via	20
9 – Veículos: 9.1 Transferência de Propriedade 9.2 Mudança de Categoria ou Características 9.3 Implantação ou Baixa de Alienação 9.4 Certidão Negativa de Multas 9.5 Certidão ou 2ª via do C.R.V.	40 30 30 30 20
10 – Credenciamento de Despachantes	80
11 – Renovação de Credenciamento de Despachantes	60
12 – Serviço de Emplacamento em Reverendas e Empresas e outros	20
13 – Serviço de Guinchamento	50
14 – Taxa de Expediente	10

ANEXO II (art. 26)
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO
01	Diretor Geral	DAS-2
06	Chefe de Coordenadoria	DAS-5
01	Assessor de Planejamento	1-C
01	Chefe de Gabinete	1-C
01	Consultor Jurídico	1-C
12	Chefe de Divisão	1-C
17	Chefe de Centros Regionais	1-C
68	Chefe de Subdivisões	2-C
16	Chefe de Ciretrans – 1ª cat.	2-C
01	Assessor de Imprensa	3-C
22	Chefe de Ciretrans – 2ª cat.	3-C
36	Chefe de Ciretrans – 3ª cat.	4-C
45	Chefe de Posto de Trânsito – 1ª cat.	6-C
89	Chefe de Posto de Trânsito – 2ª cat.	7-C
102	Chefe de Posto de Trânsito – 3ª cat.	8-C

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 257/83

Oriundo de Mensagem Governamental, o projeto de lei em exame tem por finalidade transformar em artarquia, vinculada à Secretaria de Segurança Pública, o Departamento Estadual de Trânsito, atualmente órgão da administração direta, subordinada àquela mesma Secretaria.

A justificativa atesta o propósito do excelentíssimo senhor Governador do Estado em modernizar a administração pública estadual, dotando-a de meios eficazes para a prestação de serviços de alta qualidade à sociedade.

Sob o aspecto legal e constitucional nada há a opor.

Nestas condições tratando-se de matéria cuja iniciativa pertence ao elenco daquelas que são exclusivas do Poder Executivo, cabe a esta Assembléia apreciá-la e referendá-la.

Somos, portanto, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 13 de dezembro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR - Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO - Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 254/83, de autoria do Poder Executivo, (Mensagem nº 171/83) que majora em 65% (sessenta e cinco por cento), os vencimentos do Funcionalismo Público Civil e Militar do Estado, a partir de 1º de janeiro de 1984, com pareceres FAVORÁVEIS da CCJ e CF., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 254/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º — Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado, dos Membros da Magistratura, do Ministério Público e dos Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas e o Soldo dos integrantes da Polícia Militar, ficam fixados, a partir de 1º de janeiro de 1984, de acordo com os valores constantes das tabelas anexas.

Art. 2º — valor unitário do salário família, atribuído ao funcionalismo estadual fica fixado em Cr\$ 2.005,00 (dois mil e cinco cruzeiros).

Art. 3º — O valor mensal das pensões especiais, previsto no art. 3º, da Lei nº 7.722, de 1º de julho de 1983, fica fixado em Cr\$ 26.448,00 (vinte e seis mil, quatrocentos e quarenta e oito cruzeiros).

Art. 4º — A gratificação de produtividade de que trata o art. 4º, da Lei nº 7.722/83, fica majorada em 65% (sessenta e cinco por cento).

Art. 5º — Os valores atingidos pelo art. 5º, da Lei nº 7.722/83, ficam majorados em 65% (sessenta e cinco por cento), desprezadas as frações de cruzeiros.

Art. 6º — As disposições desta Lei aplicam-se, no que couber ao pessoal inativo, respeitado o critério de proporcionalidade pelo qual o servidor tenha sido aposentado, reformado ou colocado em disponibilidade.

Parágrafo único — A média das vantagens instituídas pela Lei nº 6.212, de 09 de agosto de 1971, incorporada aos proventos dos inativos, fica com seu valor acrescido em 65% (sessenta e cinco por cento).

Art. 7º — Fica o Poder Executivo autorizado a, mediante decreto e sempre que houver alteração do valor do salário mínimo regional, conceder ao funcionalismo, antecipação parcial do aumento semestral de vencimentos, até o valor do referido salário mínimo.

Art. 8º — Aos integrantes das categoriais funcionais de Assistente de Engenharia e Psicólogo, do Quadro Geral do Poder Executivo, fica atribuída a Gratificação de que trata a Lei nº 6.569, de 25 de junho de 1974, em valor igual ao pago

ao assistente jurídico.

Art. 9º — A verba de representação de que tratam as Leis nºs 7.265, de 10 de dezembro de 1979, 7.443, de 29 de dezembro de 1980 e 7.546, de 10 de dezembro de 1981, atribuída aos auditores e procuradores do Tribunal de Contas do Estado ficam com seu percentual igual ao atribuído aos conselheiros do mesmo Tribunal.

Art. 10º — A gratificação de representação paga aos integrantes do Quadro Especial da Procuradoria Geral do Estado fica, a partir de 1º de janeiro de 1984, paga na base de 60% (sessenta por cento) sobre os respectivos vencimentos, a título de verba de representação incorporável aos mesmos vencimentos, para todos efeitos legais.

Art. 11º Os vencimentos dos cargos não abrangidos especificamente pelas Tabelas Anexas a presente Lei, ficam majorados em 65% (sessenta e cinco por cento).

Art. 12º — Ao servidor civil estatutário, cuja remuneração ou provento seja relativo a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, bem como ao integrante da Polícia Militar do Estado, que perceber o montante dessa remuneração ou provento valor inferior ao equivalente a 2 (dois) salários mínimos, vigentes por ocasião da publicação da presente lei, será pago, a título de abono provisório, o valor correspondente a diferença existe entre o referido montante e o equivalente aos mencionados salários mínimos, ressalvados os casos de inativação proporcional ao tempo de serviço e de carga horária inferior a 40 (quarenta) horas semanais, casos em que a proporcionalidade deverá ser mantida.

Parágrafo Único. O abono de que trata este artigo somente será pago enquanto o beneficiado perceber o valor inferior ao equivalente a 2 (dois) salários mínimos vigentes por ocasião da publicação da presente lei.

Art. 13º — Esta lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 1984, ficando revogado o art. 9º da Lei nº 7.501, de 13 de outubro de 1981 e demais disposições em contrário.

ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DOS RECURSOS HUMANOS

Of. nº 00898 GB Curitiba, de dezembro de 1983

Exposição de Motivos

Senhor governador:

Atendendo orientação de vossa excelência no sentido de que fossem realizados estudos conjuntos com representantes do governo e das associações de classe, com vistas à majoração de vencimentos do funcionalismo público civil e militar do Estado, a ser concedida a partir de 1º de janeiro de 1984, tenho a honra de submeter a sua elevada apreciação, a inclusa minuta de anteprojeto de lei que consubstancia tal medida.

O anteprojeto de lei em referência, prevê como regra geral, reajustes nos vencimentos dos funcionários do Estado na ordem de 65% sobre os vencimentos vigentes no mês de julho do corrente ano, majorando na mesma proporção os valores referentes a salário família, as pensões especiais, a gratificação de produtividade dos inativos.

Em razão do princípio adotado de correção semestral de vencimentos para os funcionários públicos estaduais, tenciona-se o estabelecimento de norma específica visando conceder ao chefe do Poder

Executivo prerrogativas para, mediante Decreto, conceder antecipação parcial de aumento de vencimentos, sempre que houver alteração do valor do salário-mínimo regional e até o valor deste.

No sentido de dar às novas categorias de nível universitário, do quadro geral, igual tratamento dado às demais categorias do mesmo nível, está sendo atribuída a gratificação de produtividade aos Assistentes de Engenharia e Psicólogos.

Aos cargos em comissão com simbologia 1-C a 15-C e as funções gratificadas símbolo 1-F a 10-F, o âmbito dos três poderes do Estado, estão sendo aplicados percentuais de aumento em mais 5% (cinco por cento) sobre o fixado para os cargos efetivos, objetivando a atualização dos respectivos valores, bastante defasados ao longo do tempo. É preciso lembrar que os cargos efetivos, de um modo geral, têm sido reestruturados independentemente dos aumentos de vencimentos e que os cargos de confiança tiveram somente reajustes anuais; explica-se, por isso, a necessidade de se atribuir novo valor, para esses cargos, em percentual diferenciado.

Visando permitir a possibilidade de progressão funcional aos servidores do quadro geral do Poder Executivo, propõe-se um desachatamento das atuais tabelas salariais de 40 e 30 horas semanais, fato este que implicará em aumento para algumas faixas de vencimentos, superior ao índice geral estabelecido no anteprojeto ora encaminhado a vossa excelência.

Em relação aos professores não pertencentes ao quadro próprio do magistério, que percebem vencimentos com base na carga horária de trabalho a que estão sujeitos (10, 15 e 22 horas semanais), sugere-se em reescalonamento dos valores percebidos, uma vez que os vencimentos atuais encontram-se achatados em razão das constantes atualizações dos valores do salário mínimo.

Aos professores do Ensino Superior, com vencimentos defasados de há muito, propõe-se além do índice geral de aumento uma adequação salarial de modo a permitir estreita correlação com os vencimentos dos professores do quadro próprio do Magistério.

O anteprojeto cuida, também, de equiparar o valor da verba de representação de que tratam as Leis n.ºs 7.265, de 10 de dezembro de 1979 e n.º 7.443, de 29 de dezembro de 1980, no que tange ao valor deferido aos auditores e procuradores do Tribunal de Contas do Estado e que passam a vigor com o percentual igual ao atribuído aos conselheiros do mesmo Tribunal. Por outro lado, considerando que os vencimentos dos auditores e procuradores do Tribunal de Contas do Estado e que passam a vigor com o percentual igual ao atribuído aos conselheiros do mesmo tribunal. Por outro lado, considerando que os vencimentos dos auditores e procuradores do Tribunal de Contas, a partir de 1978, ficaram com valores fixados muito aquém do estabelecido para os procuradores de Justiça do Magistério Público, este anteprojeto de lei trata de melhor adequar os referidos valores, de forma a mantê-los aproximados.

Aos integrantes do quadro próprio da Procuradoria Geral do Estado se propõe que a atual gratificação de representação seja paga na base de 60% (sessenta por cento), sobre os efeitos legais.

Certo de que vossa excelência examinando a matéria determinará o seu necessário encaminhamento, reitero os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

JOSÉ OLÍMPIO DE PAULA XAVIER

Secretário de Estado

PROJETO DE LEI N.º 254/83
Mensagem 171/83.

A Mensagem oriunda do Poder Executivo propõe a majoração dos vencimentos dos cargos efetivos, os poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, a partir de 1.º de janeiro de 1984.

A Mensagem postula um aumento da ordem de 65% sobre os vencimentos correntes no mês de julho deste ano.

A medida abrange o salário família, as pensões especiais, a gratificação de produtividade e os proventos dos inativos.

Algumas correções estão sendo propostas para evitar achatamentos que vinham ocorrendo em diversas carreiras funcionais, inclusive quanto aos cargos em comissão e funções gratificadas, que terão aumento em mais de 5 % sobre o fixado para os cargos efetivos.

Constitucionalmente, nada impede que a matéria seja discutida e votada pelo Plenário desta Casa.

Pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12 de dezembro de 1983.

Relator - EDMAR LUIZ COSTA

Sala das Comissões, em 12 de dezembro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR - Presidente;
EDMAR LUIZ COSTA - Relator.

Apoiamento - Hermas Brandão, Tadeu Lucio Machado, Gilberto Carvalho, Anibal Khury, José Antonio Fonseca, Sergio Spada, Basilio Zanusso, Ezequias Losso.

Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 254/83

O presente projeto de Lei é oriundo da Mensagem governamental n.º 171/83 que propõe a majoração dos vencimentos dos cargos efetivos dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo a contar do dia 1.º de janeiro de 1984.

A Mensagem vem postulando um aumento da ordem de 65% (sessenta e cinco por cento) sobre os vencimentos correntes no mês de julho do corrente ano.

Percebe-se no bojo da já referida Mensagem que certas correções estão sendo propostas com o fito de evitar achatamentos salariais que vinham ocorrendo em várias categorias funcionais que vem com o correr do tempo iriam ocasionar um desestímulo para prosseguimento dentro da carreira.

Por outro lado, percebe-se, pelos critérios de reajustes adotados, no geral, que o percentual concedido é superior em 63% (sessenta e três por cento) ao INPC do mês de janeiro de 1984, fixado pelo Governo Federal em 74,8% (setenta e quatro virgula oito por cento).

Torna-se importante, também, a análise comparativa da despesa de pessoal em relação a receita de ICM.

Tomando por exemplo o mês de março de 1983, poderá ser constatado que a folha de pagamento do funcionalismo absorvia 74,6% (setenta e quatro virgula seis por cento) do valor total da arrecadação do ICM. Por sua vez, o valor projetado da folha de pagamento do funcionalismo para o mês de janeiro de 1984 será de trinta bilhões e setecentos e seis milhões de cruzeiros, importância esta que deverá corresponder a cerca de 90,3 % (noventa virgula três por cento) da receita financeira reestimada do ICM.

Na realidade, esta Comissão técnica, a luz dos dados apurados não conseguiu constatar fórmulas que pudessem vir consubstanciar a proposição de um percentual

ANEXO I

TABELA I
POLÍCIA MILITAR

Soldo do Posto de Coronel	274.324,00
---------------------------	------------

TABELA II
COORDENAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO - CRE

a) Agente Fiscal 1, Classe "C", Ref. IV	210.347,00
b) Diretor da CRE (EM COMISSÃO)	285.085,00

TABELA III
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

a) PROCURADORES	
CLASSE	VALOR
1ª	509.162,00
2ª	459.082,00
3ª	414.018,00
b) ADVOGADOS	
CLASSE	VALOR
1ª	332.961,00
2ª	300.472,00

TABELA IV
ENGENHEIROS

CLASSE	VALOR
1ª	509.162,00
2ª	459.083,00
3ª	414.018,00
4ª	373.471,00
5ª	332.911,00

TABELA V
PODER EXECUTIVO – QUADRO GERAL

a) VENCIMENTO PARA 40 HORAS SEMANAIS											
Ref. Pad.	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11
A	103.280	103.680	104.080	104.480	104.880	105.280	105.680	106.080	106.480	106.880	107.280
B	105.080	106.130	107.192	108.264	109.346	110.440	111.544	118.237	125.331	132.851	141.123
C	107.980	111.219	114.555	117.991	121.530	125.175	128.930	132.546	140.629	149.204	158.289
D	108.910	112.177	115.542	119.008	124.513	132.099	140.158	148.686	157.748	167.358	177.558
E	110.246	116.967	124.087	131.652	139.672	148.181	157.205	166.787	176.949	187.733	199.166
F	123.666	131.206	139.187	147.688	156.672	166.218	176.345	187.085	198.487	210.584	223.415
G	138.717	147.172	156.143	165.653	175.741	186.452	197.805	209.863	222.656	236.212	250.610
H	229.866	239.846	250.252	261.116	272.450	284.270	296.609	309.484	322.913	336.928	351.552
I	276.637	288.641	301.166	314.239	327.876	342.106	356.954	372.445	388.606	405.472	423.075
c) VENCIMENTO PARA 20 HORAS SEMANAIS											
J	183.107	191.052	199.338	207.992	217.016	226.438	236.275	246.523	257.217	268.389	280.038

TABELA VII
MAGISTÉRIO SUPERIOR

CARGO	VALOR
Instrutor do Ensino Superior	307.134,00
Assistente do Ensino Superior	319.419,00
Professor do Ensino Superior	332.196,00
Professor Titular	332.196,00

TABELA VIII
PROFESSOR DO QUADRO ÚNICO

CARGO: PROFESSOR	VALOR
LP – Licenciatura Plena – 22 horas	135.326,00
LP – Licenciatura Plena – 15 horas	94.987,00
LP – Licenciatura Plena – 10 horas	80.463,00
LC – Licenciatura Curta – 22 horas	116.266,00
LC – Licenciatura Curta – 15 horas	81.992,00
LC – Licenciatura Curta – 10 horas	79.463,00
NL – Não Licenciado – 22 horas	97.205,00
NL – Não Licenciado – 15 horas	81.200,00
NL – Não Licenciado – 10 horas	77.463,00

TABELA IX
CARGOS EM COMISSÃO DOS PODERES
EXECUTIVO, LEGISLATIVO, JUDICIÁRIO E
DO TRIBUNAL DE CONTAS

a) CARGOS EM COMISSÃO

SÍMBOLO	VALOR
1-C	231.508,00
2-C	213.806,00
3-C	197.367,00
4-C	182.306,00
5-C	168.429,00
6-C	155.601,00
7-C	143.995,00
8-C	133.139,00
9-C	123.264,00
10-C	113.983,00
11-C	105.757,00
12-C	97.866,00
13-C	90.709,00
14-C	84.187,00
15-C	79.810,00

b) DAS

SÍMBOLO	VALOR
DAS-1	530.948,00
DAS-2	486.383,00
DAS-3	448.308,00
DAS-4	396.548,00
DAS-5	308.562,00

TABELA VI
MAGISTÉRIO

MAGISTERIO											Valores em cruzeiros		
Ref. Pad.	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11		
PA-1	126.236	130.023	133.924	137.940	142.078	146.340	150.729	155.250	159.906	164.856	169.643		
PB-2	145.172	149.526	154.011	158.631	163.390	168.290	173.337	178.537	183.892	189.408	195.089		
PC-3	174.205	179.431	184.813	190.357	196.068	201.948	208.006	214.244	220.671	227.291	234.109		
PD-4	200.335	206.344	212.533	218.909	225.476	232.239	239.205	246.381	253.772	261.385	269.225		
PE-5	230.384	237.295	244.413	251.744	259.296	267.074	275.085	283.336	291.835	300.590	309.608		

TABELA X
FUNÇÃO GRATIFICADA DOS PODERES
EXECUTIVO, LEGISLATIVO, JUDICIÁRIO E DO
TRIBUNAL DE CONTAS

SÍMBOLO	VALOR
1-F	29.643,00
2-F	25.167,00
3-F	22.192,00
4-F	17.813,00
5-F	16.279,00
6-F	13.289,00
7-F	10.319,00
8-F	8.908,00
9-F	7.273,00
10-F	5.904,00

TABELA XI
PESSOAL EFETIVO DOS TRIBUNAIS
DE JUSTIÇA E ALÇADA

NÍVEL	VALOR
01	398.440,00
02	365.049,00
03	334.381,00
04	294.388,00
05	269.753,00
06	247.145,00
07	225.781,00
08	207.550,00
09	190.186,00
10	174.271,00
11	159.689,00
12	149.581,00
13	134.086,00
14	122.869,00
15	112.586,00
16	103.163,00
17	94.538,00
18	86.628,00

TABELA XII
PESSOAL EFETIVO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
E DO TRIBUNAL DE CONTAS

NÍVEL	VALOR
01	398.440,00
02	365.049,00
03	334.381,00
04	300.821,00
05	276.367,00
06	254.082,00
07	233.802,00
08	207.550,00
09	190.186,00
10	174.271,00
11	159.689,00
12	149.581,00
13	134.808,00
14	122.869,00
15	112.586,00
16	103.163,00
17	94.538,00
18	86.628,00

ANEXO II

TABELA I
MAGISTRATURA

CARGO	VALOR
Desembargador	872.150,00
Juiz do Tribunal de Alçada	828.542,00
Juiz de Entrância Final e Auditor da Justiça Militar	776.142,00
Juiz de Entrância Intermediária	699.423,00
Juiz de Entrância Inicial	630.316,00
Juiz Substituto	568.105,00

TABELA II
TRIBUNAL DE CONTAS

CARGO	VALOR
Conselheiro	872.150,00
Auditor	828.542,00
Procurador junto ao Tribunal de Contas	828.542,00

EM COMISSÃO

Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas	872.150,00
---	------------

TABELA III
MINISTÉRIO PÚBLICO

CARGO	VALOR
Procurador Geral da Justiça (em comissão)	872.150,00
Procurador da Justiça	828.542,00
Promotor de Entrância Final	776.142,00
Promotor de Entrância Intermediária	699.423,00
Promotor de Entrância Inicial	630.316,00
Promotor Substituto	568.105,00

de aumento maior do que o contido na Mensagem Governamental.

Pelo exposto votamos pela aprovação.

É o meu parecer.

Sala das Comissões, 15 de dezembro de 1983

(a) ERVIN BONKOSKI - Presidente e Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 258/83, de autoria do Poder Executivo, (Mensagem n.º 175/83) que objetiva acrescentar parágrafos ao artigo 160, da Lei n.º 1.943, de 23/06/54 (Código da Polícia Militar do Estado), conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P., por unanimidade. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 258/83.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º Ao artigo 160, da Lei n.º 1.943, de 23 de junho de 1964 (Código da Polícia Militar) são acrescentados os seguintes parágrafos:

“§ 1.º O direito ou obrigatoriedade de transferência para a reserva, previsto no “caput” deste artigo, pode ser suspenso, a juízo do governador, também por necessidade técnica do serviço, nos casos dos oficiais ocupantes dos cargos de Comandante Geral e Chefe do Estado-Maior da Polícia Militar e do Chefe da Casa Militar do Governo do Estado.

§ 2.º A permanência no cargo acarreta na agregação do Oficial ao quadro e não deverá exceder o prazo máximo de 5 (cinco) anos.”

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) Poder Executivo.

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 258/83

A mensagem governamental n.º 175/83 que encaminha à apreciação deste Poder Projeto de Lei que objetiva acrescentar ao Art. 160, da Lei n.º 1943, de 23 de junho de 1954, “Código da Polícia Militar do Estado”, parágrafos dispendo sobre a possibilidade de haver suspensão do direito ou obrigatoriedade de transferência para reserva, por necessidade técnica de serviço, a juízo do governador do Estado, nos casos de oficiais ocupantes dos cargos de Comandante Geral e Chefe do Estado-Maior da Polícia Militar e do chefe da Casa Militar do Governo do Estado.

É atribuição constitucional exclusiva do governador do Estado a iniciativa de Leis de tal natureza, não havendo, portanto, qualquer lesão a princípios legais ou constitucionais.

Nosso parecer, portanto, é favorável.

Sala das Comissões, em 13 de dezembro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR - Presidente;

ANIBAL KHURY - Relator.

Comissão de Segurança Pública

O Poder Executivo encaminhou a este Poder Mensagem de n.º 175/83, acrescentando parágrafos ao Art. 160 da lei n.º 1.943, de 23 de junho de 1.954 (Código da Polícia Militar), objetivando a suspensão da obrigatoriedade ou do direito de transferência para a reserva, a juízo do governador do Estado, nos casos dos oficiais ocupantes dos cargos de Comandante Geral e Chefe do Estado-Maior da Polícia Militar e do Chefe da Casa Militar do Governo do Estado.

A matéria já foi examinada pela Comissão de Constituição e Justiça, tendo merecido parecer favorável.

Atendendo aos termos da justificativa que acompanha

a Mensagem, o projeto vem ao encontro dos superiores interesses da administração, o que nos leva a opinar favoravelmente à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 14 de dezembro de 1983

(aa) FIORI LUIZ - Presidente;

JOSÉ ANTONIO FONSECA - Relator.

O SR. NILSO SGUAREZI - (Pela Ordem).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Pela ordem, concedo a palavra ao senhor deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI - Senhor Presidente. Solicitaria a Mesa que convocasse aos senhores deputados integrantes da Comissão de Constituição e Justiça, para uma reunião logo após esta sessão, na sala das Comissões, a fim de que possa o restante da matéria que não veio por ordem do Dia, ser apreciada por aquela comissão, a fim de que pudéssemos vindo a matéria amanhã em 1.^a Discussão, aprovarmos toda a matéria da convocação extraordinária até a próxima sexta-feira, combinando com ajuste com a liderança do PDS, nós teremos condição então de, vindo a matéria amanhã ao Plenário, desde que a Constituição e Justiça desse o parecer hoje nós teríamos condição regimental de discutir e votar a matéria até a próxima sexta-feira.

Estado assim a Casa dispensada e não havendo necessidade de retornar no intermédio do Natal e Ano Novo é um apelo que eu faço a vossa excelência para que convocasse os senhores deputados nesse sentido. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Atendendo a solicitação do senhor deputado Nilso Sguarezi, esta Presidência solicita aos membros componentes da Comissão de Constituição e Justiça para uma reunião logo após a sessão Plenária.

Requerimento de autoria do senhor deputado Nilso Sguarezi. Está em votação. **APROVADO.**

A Mesa registra com satisfação as presenças em Plenário dos vereadores de Sertãoópolis Benedito Cardoso de Jesus e Diogenes dos Santos.

Nada mais havendo...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Pela Ordem) Senhor presidente. Eu queria uma informação da presidência, sobre sobre se já está nesta Casa o Orçamento do governo, para que a Assembléia possa a vir a votar conforme emenda que introduzimos no Orçamento, que a Comissão de Justiça introduziu no Orçamento, o Orçamento da própria Assembléia.

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) A Mesa não tem condições de responder de pronto a vossa excelência. Irá consultar à Assessoria e dará posteriormente informações a vossa excelência.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do senhor deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando a aplicação do contido no art. 108 do regimento interno desta Casa Legislativa, aos Projetos de Lei n.ºs 260/83 e 261/83. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, quarta-feira, dia 21, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 255/83.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 147, 222, 231, 244, 245, 246, 248, 249, 250, 254, 256, 257, 258/83.

1.^a DISCUSSÃO - dos projetos de lei n.º 260 e 261/83.

Levanta-se a sessão.